



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

27/03/2017 - 4ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Declaro aberta a 1ª Reunião do Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", que foi aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do Requerimento nº 1, de 2017, desta Comissão, em 17 de março de 2017.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, senhoras e senhores, o sistema internacional pós-Guerra Fria tem passado por significativas e intensas transformações nos últimos anos. O mundo assistiu atônito ao ano de 2017 iniciar-se com a única superpotência do Planeta sob novo governo, com mudanças nos rumos tanto das políticas públicas domésticas quanto da política externa.

De fato, os especialistas ainda têm dificuldades de prever as ações do Presidente Donald Trump na condução das relações exteriores de seu país. Se existe uma palavra que poderia resumir esse início de governo em Washington, é imprevisibilidade.

Na Europa, ainda surpreendida com a recente consulta popular que estabeleceu a saída do Reino Unido da União Europeia, discutem-se os destinos do bloco, que, ao completar, em 2017, 60 anos de fundação, passa pelos momentos mais críticos de seu processo de integração. De fato, os nacionalismos afloram, por motivações relacionadas à crise econômica e ao colapso do modelo da social-democracia e do Estado de bem-estar social, fundamentos da unidade europeia e norteadores do modelo de desenvolvimento da região desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Estaria a maior e mais bem-sucedida experiência de integração no século XX prestes a naufragar? É uma pergunta.

Os destinos da Europa também parecem incertos, com as pontes constituídas pelos partidários da integração sendo substituídas por barreiras erguidas por movimentos nacionalistas e eurocéticos. Repita-se: nunca, em sua história, o bloco europeu esteve diante de desafios tão marcantes à sua existência.

A crise do modelo europeu de integração também suscita questionamentos sobre o multilateralismo nas relações internacionais e a viabilização dos processos regionais de integração. Nesse contexto, indaga-se se existe espaço para grandes alianças regionais, como é o caso do Mercosul, criado em 1991, sob a égide de um projeto de integração e desenvolvimento das democracias sul-americanas.

O acordo de livre comércio da América do Norte (NAFTA) e o acordo transpacífico se veem ameaçados diante de fortes críticas por parte do governo Trump. Já a Aliança do Pacífico, composta por países da América Latina, que tem se desenvolvido rechaçando alternativas bolivarianas, parece identificar oportunidades de crescimento e de novos acordos com as recentes mudanças em Washington. Qual o futuro dessas alianças? É outra pergunta.

Se o regionalismo parece perder força nas relações internacionais, o multilateralismo tampouco é percebido como solução. Assim é que organizações prestigiosas, como a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, a Organização dos Estados Americanos e a Organização do Tratado do Atlântico Norte também passam por momentos de reestruturação e de busca de alternativas para seus modelos de processo decisório. Nesse contexto, não são poucos os que criticam os foros multilaterais e defendem a alternativa bilateral como a melhor para os Estados modernos conduzirem as relações entre si.

No campo da economia internacional, crise ainda é uma palavra que se encontra no cotidiano de muitos países, inclusive das nações mais desenvolvidas. Como lidar com um sistema econômico internacional no qual as turbulências abalam os mercados e o protecionismo ganha espaço em detrimento do livre comércio, as diferenças regionais se ampliam, a distância entre ricos e pobres se alarga e as instituições internacionais parecem frágeis na busca de soluções conjuntas?

Nas esferas política e social, desafios deste início de século estão relacionados ao desemprego em muitos países, à queda do nível de renda das pessoas, a conflitos étnicos e ao crescimento do nacionalismo. Reflexo direto dessas questões é a crise da legitimidade da classe política em várias partes do globo, paralelamente ao surgimento de alternativas percebidas como radicais e algumas vezes contestatórias da democracia. Estaria o modelo democrático ocidental passando por um momento de questionamento da sua eficácia como melhor alternativa para orientar os rumos da vida dos cidadãos? Põe-se aqui uma nova indagação.

Indubitavelmente, crise gera insegurança. No plano internacional, a questão da segurança ocupa um papel de destaque na agenda dos Estados. E, se as chamadas novas ameaças, como o crime organizado, a guerra cibernética e o terrorismo, ocupam papel de destaque na agenda sobre segurança internacional, também o fazem ameaças tradicionais relacionadas aos Estados, da guerra comercial ao conflito armado, passando pela espionagem, disputas fronteiriças e pela interferência de uns países em assuntos internos de outros. Daí a necessidade de tratar desses assuntos e da preparação dos setores de segurança, defesa e inteligência, para que o Brasil possa se posicionar adequadamente no concerto das nações. E, como a segurança e o desenvolvimento não podem ser dissociados, fundamental que se conheçam e se discutam as oportunidades e os obstáculos ao crescimento econômico, social e político do País.

Afinal, segurança e desenvolvimento são aspectos essenciais à soberania nacional. Pergunta-se, por exemplo: Em que condições se encontra a defesa nacional do Brasil? Quais as oportunidades e os desafios para o estabelecimento de uma indústria nacional de defesa moderna, autônoma e competitiva no campo internacional? Que parcerias podem ser estabelecidas para o desenvolvimento de nossa indústria de defesa e qual o papel dos investimentos em tecnologia nesse contexto? O que pode ser trazido dessa indústria, em termos tecnológicos, para o setor civil? Continuamos claudicando em termos de segurança nacional e defesa.

Fundamental à existência soberana de qualquer Estado é também o conhecimento de como atuam e quais são os interesses de outras potências no cenário internacional. Assim, entendemos relevante discutir como se conduzem atores como a Rússia e a China, bem como aqueles que se mostram como outros parceiros interessantes do Brasil, tanto em termos comerciais quanto geopolíticos. Destaque deve ser dado para o conjunto dos chamados BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul) em suas relações internacionais. Também nações que podem se consolidar como parceiras e, ainda, nossos aliados tradicionais merecem atenção.

Entre os principais temas da agenda internacional de nossos dias está certamente a questão das migrações. A Europa, por exemplo, tem presenciado fluxos de pessoas que chegam àquele continente fugindo de guerras, da miséria e da violência. Esses imigrantes têm despertado tanto a solidariedade quanto a repulsa por parte dos europeus, em uma atmosfera de medo, ignorância e desconfiança - tudo isso culminando em conflito, em uma crise social sem precedentes na Europa unificada.

Medo, desconfiança e ignorância também se mostram presentes na maneira como muitos imigrantes são vistos na maior economia do planeta. A situação dos estrangeiros, em particular dos imigrantes ilegais, agravou-se em 2017 nos Estados Unidos em razão das medidas mais rígidas do novo governo daquele país para tratar da questão.

Meio ambiente é outro tema que deve ser considerado ao se discutir relações internacionais e soberania, particularmente no caso do Brasil. Como se encontra o sistema internacional desde que o Brasil sediou, há 25 anos, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), e, mais recentemente, com a Rio+20? Que avanços e eventuais retrocessos poderá haver no campo ambiental? Vivemos em um mundo mais sustentável em 2017? E como se posicionam as grandes potências neste contexto?

É sobre esse cenário internacional de instabilidade, insegurança e incerteza - mas também de grandes oportunidades para qualquer país que esteja disposto a ocupar um papel de destaque e a liderar outras nações nessa tormenta - que pretendemos tratar na série de painéis que hoje se inicia, intitulada "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" Trata-se de um ciclo de conferências promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal sobre temas variados relacionados ao seu campo de atuação. Para tanto, estão sendo convidados especialistas de renome provenientes da sociedade civil, com o objetivo de apresentar sua perspectiva e contribuir para o debate no Parlamento. O objetivo, como se vê, é o de jogar luzes em todos os cenários possíveis.

Assim, entre os palestrantes teremos diplomatas - optamos por convidar aqueles que, com vasta experiência e reconhecimento, não estejam mais ocupando postos do Governo -, acadêmicos, jornalistas, pesquisadores e profissionais que têm em relações internacionais e defesa nacional seu objeto de estudo e reflexão. Nesse sentido, buscamos estabelecer

temática abrangente, com os principais assuntos da agenda internacional e de defesa que entendemos interessantes para discutir sobre o Brasil e o mundo, nesta época de dilema para estender pontes ou erguer barreiras.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal inicia hoje, portanto, o ciclo de painéis de debates de 2017 intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". Conforme já divulgado, os painéis ocorrerão quinzenalmente, sempre às segundas-feiras, às 18h, neste plenário da Comissão. Como se trata de evento público e transmitido pelos canais de comunicação do Senado Federal, a população poderá participar enviando observações e perguntas aos palestrantes, por meio da internet, no portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento ainda que é possível acompanhar ao vivo nossa reunião pela TV Senado e a Rádio Senado, inclusive pela internet. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos. O painel de hoje aborda o tema "Tempestade ou Calmaria? A Configuração da Ordem Internacional Contemporânea e a Atuação do Brasil". Para participar como palestrantes, foram convidados o Embaixador Rubens Barbosa, o Embaixador Gelson Fonseca Júnior e o professor da Universidade de Brasília, Dr. Eduardo Viola, os quais tenho o prazer de cumprimentar e convidar para fazer parte da Mesa dos trabalhos, agradecendo antecipadamente a presença de cada um. (Pausa.)

Mais uma vez, Srs. Embaixadores, Sr. Professor, obrigado pela participação. Agradeço também às Sr^{as} e Srs. Senadores e às autoridades aqui presentes.

Esclareço que cada palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição inicial, prorrogáveis por dois minutos, enfim, aquele blá-blá-blá que os senhores já conhecem, mas que aqui fica um pouco mais flexível.

Então, os palestrantes terão tempo para responder e assim por diante. Isso será bem flexibilizado.

Durante essa fase de debates, a Presidência transmitirá também aos palestrantes as observações e perguntas que chegarem dos internautas.

Por fim, é importante dizer que ao fazer o convite aos nossos palestrantes de hoje, enviamos como uma provocação para as palestras e os debates alguns tópicos que poderão norteá-los. Naturalmente, apenas uma agenda tentativa, mas os senhores palestrantes terão total liberdade de discorrer sobre os temas que julgarem convenientes e que estejam de alguma forma vinculados ao título que nos conduz ao painel de hoje.

Então, para o tema de hoje, "Tempestade ou calmaria, configuração da ordem internacional contemporânea e atuação do Brasil", apresentamos os seguintes tópicos de abordagem: a ordem que emergiu com o fim da Guerra Fria e da relativa rigidez bipolar; o período posterior aos ataques de 11 de setembro de 2001; iniciativas do Brasil nos planos do multilateralismo, da geopolítica e da segurança internacional; e a soberania brasileira frente aos desafios da ordem internacional.

Para dar início aos nossos trabalhos deste painel, passo a palavra ao Embaixador Gelson Fonseca Júnior.

Tem a palavra V. Ex^a, Embaixador.

O SR. GELSON FONSECA JÚNIOR - Muito obrigado, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Para mim é uma honra estar nesta sala para conversar sobre questões que são importantes e relevantes para o nosso futuro. Quero louvar a sua iniciativa, porque numa conjuntura tão complicada e difícil como a que estamos vivendo, a necessidade de debate e de reflexão sobre o que está acontecendo evidentemente se impõe.

Também queria dizer da minha alegria de estar compartilhando esta Mesa com o Embaixador Rubens Barbosa, amigo de muitos anos, profundo conhecedor das questões econômicas e comerciais e, mais do que isso, um ativador do debate sobre relações do Brasil com o mundo. Também estou feliz da vida em estar aqui com o Professor Viola, participando de outro seminário. Tem sido sempre um prazer ouvi-lo.

O meu tema será a ordem. Dessas várias sugestões que foram propostas, vou me fixar na história da ordem.

No dia em que o Trump assumiu a Presidência dos Estados Unidos, um assessor da Marine Le Pen disse que o mundo deles está entrando em colapso e o nosso está começando a ser construído. Então, a pergunta é que mundo é esse deles? Esse mundo está efetivamente entrando em colapso? Que parte desse mundo está entrando em colapso? E a outra pergunta é que mundo é esse que eles estão pretendendo construir. Quer dizer, existe uma ideia de ordem nas concepções do Trump e da Le Pen, etc? Ou não? É simplesmente uma atitude contra alguma coisa?

Para começar a discutir essas ideias, eu queria dizer duas coisas muito simples e elementares sobre o que é a ordem internacional, de que se compõe essa ordem internacional.

Basicamente são dois elementos. Em primeiro lugar, são instituições, normas, regras, etc. que têm a ver com o comportamento dos Estados. E essas instituições, normas e regras são criadas pelos próprios Estados, umas mais formais, outras menos formais, etc. Agora, para que essas regras?

Essencialmente, se nós olhamos para a história das relações internacionais contemporâneas, especialmente no mundo ocidental, essas regras têm dois objetivos fundamentais. O primeiro objetivo é a própria preservação do Estado: garantir a soberania, etc. A segunda dimensão dessas regras é garantir a paz, estimular o processo de cooperações que assegurem a paz entre os Estados. São esses os dois componentes da ordem.

Na história recente, há dois momentos em que essa ideia de ordem se imaginou que ia ser plenamente realizada. Quer dizer, iam se instituir normas, e essas normas teriam força para, enfim, manter a paz e assegurar a cooperação entre os Estados. Esses dois momentos foram, o primeiro, depois da Segunda Guerra Mundial, quando se criou a ONU. E o segundo momento é justamente no fim da Guerra Fria.

Esses dois momentos têm alguma coisa de parecido e muita coisa de diferente. O que eles têm de parecido? Eles têm de parecida a ideia de que ia haver uma base política para que uma determinada concepção de ordem pudesse prevalecer. Isso era fundamental. A ordem internacional, como todos sabem, não depende de uma polícia. Não existe uma polícia. Quem garante a ordem são os desordeiros. Um paradoxo dessa ordem talvez seja este: quem faz a ordem também faz a desordem.

Então, quando é que os Estados podem... Por que se imaginou que nesses dois momentos essa ordem ia ser garantida? Por duas razões parecidas. Quando termina a guerra, a suposição é de que os vencedores da guerra iam manter algum tipo de aliança que havia prevalecido na vitória contra o nazismo. E esse consenso era a base, era o pilar político dessas normas, instituições e etc. que iam garantir a paz. O eixo que organiza esse processo é justamente as Nações Unidas. No segundo momento, o pós Guerra Fria, há também a ideia de que ia nascer um determinado tipo de consenso, diferente do primeiro, que permitiria que o que a ONU não conseguiu realizar, então se realizasse.

A diferença fundamental entre um momento e outro é que naquele primeiro momento os Estados sentiram a necessidade de criar uma instituição, que foi as Nações Unidas, na esteira da Liga das Nações. Não é a primeira instituição internacional que visa a garantir a paz, etc., mas tem esse objetivo. No segundo momento, não se fala em instituição, porque a ideia era de que aquelas instituições que tinham se estabelecido em São Francisco, em 46, 47, eram suficientes. O problema seria simplesmente colocá-las para funcionar.

E por que é que havia essa ilusão de que, naquele momento, então, elas iriam funcionar? Porque o diagnóstico da fragilidade da ONU nasceu do fato de que, logo depois que a ONU foi criada, começou uma disputa ideológica entre as superpotências: comunistas de um lado - ou socialistas de um lado -, liberais de outro, e isso paralisou a ONU. Então, essa posição é a de que, no momento em que não há mais conflito ideológico, está tudo resolvido. Vamos tocar o barco e a ONU vai funcionar plenamente.

Nesse diagnóstico - eu não queria entrar muito em detalhes, enfim, discutir isso -, há umas tantas qualificações: primeiro, a ONU não fica paralisada durante a Guerra Fria. Ao contrário: ela intervém em vários processos internacionais, até nos mais complexos, como o do Oriente Médio. É uma resolução do tempo da Guerra Fria, a Resolução nº 242, que funciona até hoje como um parâmetro para a solução dos problemas do Oriente Médio. Além disso, as superpotências se entendem. O exemplo máximo disso é o Tratado de Não Proliferação. Mas, ao mesmo tempo, aquelas regras são violadas constantemente: a União Soviética invade a Tchecoslováquia, invade a Hungria; os Estados Unidos invadem a República Dominicana... Enfim, essas potências pecam, mas não pecam em um aspecto. O primeiro aspecto em que eles não pecam é que, de uma certa maneira, aquela estrutura que havia sido criada serve como um campo de negociação que facilita aquilo que é a grande proeza deste tempo, o fato de as grandes potências não entrarem em guerra. Não é a ONU que garante isso, é o equilíbrio de poder, etc., etc., mas a ONU ajuda nesse processo em determinadas circunstâncias, inclusive facilitando negociações diretas entre as superpotências.

Então, esse é um panorama muito simplificado, muito simplista, dessa fase da Guerra Fria.

Mas, além desse elemento de que a ONU ajuda nesse processo de evitar que as superpotências, as potências europeias, as grandes potências entrem em conflito direto, há um segundo elemento que eu considero um pouco esquecido, mas acho que devemos lembrar. É o seguinte: as regras foram violadas constantemente, mas havia uma espécie de homenagem que o vício prestava à virtude: não havia um questionamento fundamental daquelas instituições. De uma certa maneira, a União Soviética podia violar, um dia, a soberania da Hungria, mas no dia seguinte ela prestava uma homenagem à ONU e defendia aqueles princípios todos. Enfim, havia uma aceitação mais ou menos hipócrita, mas havia uma aceitação daquelas regras, o que dava uma certa força de legitimidade àquele processo, àquelas instituições, àquelas regras, enfim, aos fundamentos daquela ordem.

Bom, o que acontece com o fim da Guerra Fria? Como eu disse, há uns três ou quatro elementos que caracterizam esse momento e caracterizam o otimismo desse momento. O primeiro era um raciocínio, talvez um pouco simplificado, de que no momento em que termina aquilo que era o grande bloqueio para que a ordem instituída pela Organização das Nações Unidas prevalecesse plenamente - que era a Guerra Fria -, então tudo bem: a ONU vai funcionar a pleno vapor, plenamente. Aquela ordem, aquele modelo de ordem iria funcionar plenamente. Mas o pacote não era só o fim da Guerra Fria. Havia outros elementos nesse pacote.

Um dos elementos era a ideia de que o processo de globalização avançava e, na medida em que esse processo avançava, as ligações entre os países se tornavam mais densas. Isso quase obrigaria, naturalmente - ou induziria naturalmente -, a regras universais para lidar com comunicações, para lidar com economia, etc., etc., etc. É uma coisa curiosa... Se vocês lembram, a internet nasce como um projeto militar. Mas, a partir do momento em que a globalização se impõe, ela se transforma num projeto universal, comum, etc. Então, a ideia de que você poderia compartilhar coisas universais estava embutida nesse processo de globalização e isso completaria, do ponto de vista da economia, da justiça social, etc., as vantagens que o fim da Guerra Fria havia assegurado.

Há um outro fator que compõe essa nova concepção de ordem, se você quiser, ou pelo menos essa nova perspectiva de ordem, que é a ideia, ligada à globalização, de que uma série de valores universais poderiam, então, completar essa noção de ordem. A noção de ordem começa para assegurar a preservação e a integridade territorial do Estado, etc., etc., etc., mas ela vai ganhando uma série de acréscimos. Então, é a proteção internacional e universal de direitos humanos, é o meio ambiente, é o combate ao narcotráfico, a não proliferação... Enfim, a ordem fica mais complexa, digamos assim, exatamente porque naquele momento se imaginava que, com o fim da Guerra Fria, o consenso que iria nascer das potências iria funcionar, e iria funcionar muito bem. O grande modelo é o repúdio à invasão do Iraque no Kuwait. Foi exatamente isso. As potências do Conselho de Segurança se juntaram e colocaram o Iraque para fora do Kuwait. Mas é óbvio que esse processo não funcionou: o mundo é um mundo, hoje, complicado, por muitas razões.

Então, eu vou tentar sugerir três ou quatro elementos que explicariam porque não funcionou; porque talvez, naquele momento, no fim dos anos 80, princípio dos 90, quando essa concepção tão otimista sobre o processo internacional se consolidou, por que essa concepção não foi adiante?

Eu acho que, em primeiro lugar, por uma razão que tem a ver com a história do mundo, as situações de poder não são estáticas, elas mudam. E isso é percebido, em primeiro lugar, pelos próprios Estados Unidos.

Qual é a ideia? Já que os Estados Unidos passam a ser o grande polo de poder, fala-se no momento unipolar e essa coisa toda, a ideia era a de que os Estados Unidos pudessem exercer uma espécie de hegemonia benigna. Os Estados Unidos eram a incorporação desses bons valores, estariam dispostos a comandar as potências na direção da realização desses valores. Se a gente ler textos desse período de 1989, 1990, 1991, o que se fala não é em oposição à União Soviética, é na integração da União Soviética, é na integração da Rússia, vários textos não só eram americanos, mas do Solano, enfim, de grandes personalidades do mundo ocidental.

Essa hegemonia benigna supunha umas tantas coisas do ângulo americano. Uma delas era, por exemplo, a extensão da NATO. Já que nós somos os hegemônicos bons, quanto mais países estejam incorporados nessa ideia, melhor. Então, uma das primeiras providências pós fim da Guerra Fria foi ampliar a NATO. Ampliar a NATO significava o quê? Significava incorporar os antigos países que ou estavam dentro do império soviético ou eram parte da zona de influência soviética. É claro que a Rússia não gostou e reclama disso desde o primeiro momento. Quer dizer, há uma célebre discussão para saber, quando se negocia um acordo - acho que foi em 1992 -, se os americanos tinham prometido formalmente ou não ao Gorbachev que eles não iam estender à OTAN. É claro que foi uma conversa privada, não há registro, não há WhatsApp, não há nada dessa conversa. Os russos continuam dizendo uma coisa, e os americanos continuam dizendo outra. O primeiro dado é esse. Essa situação serve aos Estados Unidos, como hegemônico, para consolidar evidentemente sua reação.

O segundo elemento, que também é óbvio, é o negócio do crescimento da China, que, em 1994, era a décima economia do mundo e passa a ser a segunda em poucos anos. Evidentemente, o crescimento da China vai exigir da própria China que ela se expanda, que ela vá buscar matéria-prima na África, que ela vá afirmar sua hegemonia diante daquelas ilhas que ela compartilha ou não compartilha com o Japão. Também é outro fator que perturba aquela ideia original, que supunha que houvesse um consenso que vai se dissolvendo ao longo desse período.

Outro processo que acontece, nesse momento, é um pouco paradoxal. Os Estados Unidos têm essa situação privilegiada, são a maior potência militar do mundo. Os gastos militares americanos equivalem, mais ou menos, à soma dos cinco países seguintes. Enfim, há uma diferença descomunal em matéria de modernização de armamentos, etc, etc.

Agora, eles, de repente, percebem que aquilo não serve para muita coisa. A história dos Estados Unidos depois do fim da Guerra Fria é uma história de tentativas de solução de problemas, em várias regiões do mundo, que simplesmente não funcionam, porque o instrumento militar não é suficiente para resolver - isso vale para a Bósnia, vale para o Kosovo -, ou resolve depois de muita negociação.

Outro problema também é que o que era claro na Guerra Fria deixa de ser claro agora, porque esses conflitos que começam a surgir são conflitos em que ou todo mundo é bom ou todo mundo é ruim, são conflitos em que não há claramente, como havia na Guerra Fria, um lado bom e um lado ruim. Isso tem o efeito paradoxal, acho eu, no caso dos Estados Unidos, em que o processo não significava vitória, não havia ganhos estratégicos. Então, a sociedade americana começou a dizer: "Alguma coisa está errada, vamos *retrench*, vamos diminuir as nossas linhas de ação." Isso não é de agora. Acho que o Trump simplesmente exagera uma atitude que vem de muito tempo. Eu me lembro de que - eu fui Embaixador na ONU durante algum tempo - um dos problemas que nós tínhamos, naquele tempo, era fazer com que os americanos pagassem as cotas. Eles não queriam pagar, era um esforço enorme para convencê-los a isso.

O que acontece hoje em dia? Eu acho que estou aqui no finzinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GELSON FONSECA JÚNIOR - O que acontece? O que era suporte daquela ordem, que era uma espécie de consenso entre as superpotências... As potências hoje quem são? China, Rússia, Índia. Esse consenso é muito difícil de se formar, porque se criou uma série de pequenos ou grandes conflitos. Eles têm concepções de mundo diferentes - outro assunto de que nós vamos falar.

Então, aquela ordem de que o tal francês falava é essa ordem. Refazer as bases políticas dessa ordem é muito complicado. As normas estão aí, a ONU continua, mas vai se fragilizando, na medida em que não há um processo político que empurre e dê sustentação àquela organização naquelas normas. Esse é o grande desafio que nós vamos ter agora.

De que maneira isso vai se organizar? Não se sabe se vai se organizar à maneira do século XIX, com processo de equilíbrio de poder. É pouco provável, porque o processo do século XIX era um processo europeu, as disputas eram territoriais e não havia talvez o que é positivo hoje, que entre esses países, China e Estados Unidos, existem parcelas de rivalidade, mas existe muito interesse comum. Boa parte do dinheiro americano está na China, os investimentos chineses nos Estados Unidos são importantes.

É muito difícil que isso escale e se transforme em guerra, mas, ao mesmo tempo, as pessoas começam a ficar preocupadas. Noutro dia, eu estava lendo uma matéria de que, na Suécia, estão reconstruindo os abrigos nucleares. Com qualquer chispa que aconteça em Taiwan, qualquer coisa errada, os americanos - dizem - podem desencadear um processo. Na primeira guerra, não havia internet, mas se desencadeou em questões de semanas. Com internet, se você tem um problema parecido, é muito mais complicado.

Bom, então é isto o que eu queria dizer: a ordem é complicada, a sustentação política dessa ordem é complicada. E o que me preocupa, voltando àquela observação que eu tinha feito em relação à Guerra Fria, é que há uma espécie de intenção de desprestigiar esses organismos nessas atitudes ideológicas de direita, quer dizer, a ideia do Trump, enfim, de não pagar mais a ONU, de sair do conselho de direitos humanos. Então, os Estados Unidos, que, de certa maneira, com todos os problemas que tiveram, foram o grande campeão dessas causas, passam a ser o adversário dessas causas. Quem é que vai defender essas causas no mesmo nível? Então, a rigor, essas propostas ideológicas mais de direita, nacionalistas, são nacionalistas e xenófobas. A ideia de que as grandes potências tinham uma responsabilidade internacional, além da responsabilidade que eles têm de defender os interesses nacionais, está se dissolvendo. Como isso vai se reconstituir eu não sei.

Eu fico por aí. Não vou falar de Brasil, porque o Rubens, eu acho, vai tocar nesse ponto, mas eu me lembro de uma frase de um filósofo alemão que diz o seguinte: o problema do presente horrível não é o presente horrível; é você não saber como sair dele. O meu medo, olhando para a ordem internacional, com os dados que a gente tem hoje, é justamente este: como a gente sai desse mundo? Não tem uma receita fácil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Muito obrigado, Embaixador Gelson Fonseca, pela sua explanação.

Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, Prof. Viola, eu gostaria de nominar, ao agradecer-lhes a presença, os senhores: S. Ex^a o Embaixador da República da Colômbia, Sr. Alejandro Borda Rojas; S. Ex^a o Embaixador da República Democrática Federal do Nepal, Sr. Tara Prasad Pokharel; S. Ex^a o Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. José Kinn Franco; S. Ex^a o Embaixador da Sérvia, Sr. Veljko Lazic; S. Ex^a o Embaixador do Reino do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi; o Sr. Ministro Conselheiro do Estado da Palestina, Sr. Ahmed Fakhri Al Assad; Sr. Primeiro-Secretário da

República de Cuba, Sr. Juan Pozo Álvarez; Primeiro-Secretário da Embaixada do Chile, Sr. Jaime Cortés-Monroy Rojas; Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Rodrigo Fonseca, da assessoria política da Embaixada da Nova Zelândia, ou melhor dizendo - eu fiz aqui uma confusão -, Sr. Rodrigo Fonseca, Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores, sim, e Sr^a Jaqueline Gil, assessora política da Embaixada da Nova Zelândia.

Muito obrigado a V. Ex^{as} pela honrosa presença no dia de hoje.

Com a palavra o Sr. Dr. Prof. Eduardo Viola.

O SR. EDUARDO VIOLA - Muito obrigado, Presidente Collor. É uma honra para mim estar novamente aqui.

Lembro que participei, penso, umas três ou quatro vezes, no seu período anterior como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, de debates quinzenais, no período de 2011-2012. E acho que são muito produtivos, muito importantes.

É também um grande prazer compartilhar a Mesa com os Embaixadores Gelson Fonseca e Rubens Barbosa.

Eu vou falar sobre a situação mais do presente. Então, o que está acontecendo hoje, em 2017? Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que nós temos duas forças profundíssimas no sistema internacional atual, no mundo contemporâneo. Uma força cada vez mais profunda de desenvolvimento da globalização. Alguns autores chamam isso, como Parag Khanna, por exemplo, de hiperglobalização - a passagem da globalização para a hiperglobalização. De outro lado, forças também profundas de reação, de resistência a essa aceleração da globalização.

As forças de desenvolvimento da globalização são fundamentalmente forças econômicas e tecnológicas - não apenas, mas aí radica o poder fundamental. Há forças de resistência à globalização, de reação, algumas sendo de antiglobalização, mas há forças que não chegam a ser de antiglobalização, mas são de, digamos, frear a globalização de algum modo. Essas forças são mais político-culturais se comparadas com o peso econômico e tecnológico das primeiras forças.

Bem, o que penso que é fundamental do mundo atual, da ordem internacional atual, é a aceleração da revolução tecnológica. Isso é algo que às vezes, no Brasil, nós temos dificuldade para compreender em profundidade, porque o Brasil não está no centro, está atrasado com relação a essa revolução tecnológica.

E, nesse momento - eu diria, nos últimos três, quatro anos -, o eixo dessa revolução tecnológica é agora a aceleração da revolução da inteligência artificial. A revolução da inteligência artificial é muito recente, mas deu um passo muito grande. Nós falamos de algoritmos, de Big Data faz poucos anos, embora eles estejam penetrando em todas as dimensões de nossas vidas.

Durante vários anos, o eixo dessa revolução da inteligência artificial é o *machine learning*, o aprendizado das máquinas, mas um aprendizado relativamente lento. Nos últimos anos, nós temos o processo de desenvolvimento que se chama *deep machine learning*, aprendizado profundo das máquinas, redes neurais, um processo no qual se acelerou o que vários autores pensavam que seria ainda uma questão de algumas décadas.

Então, nós estamos agora, por exemplo, segundo a maioria dos analistas, a uma distância de dez a quinze anos, em que nós teremos a inteligência artificial equivalente à inteligência humana média.

E rapidamente nós iremos para o desenvolvimento de uma inteligência artificial que é superior à inteligência humana média. Isso é algo fascinante e assustador para todas as pessoas. Muitas pessoas vivem as consequências disso, mas não têm muita consciência ainda do que está acontecendo.

Nós vivemos os últimos três séculos basicamente, pelo menos desde a grande Revolução Científica, do século XVI e XVII mais a Revolução Francesa, todo o desenvolvimento de uma cultura centrada no humanismo, na centralidade da humanidade, como sendo o centro da vida na Terra. Isso superou o que eram anteriormente as religiões. Basicamente, as religiões continuaram existindo? Continuaram existindo, obviamente, mas o fundamento das sociedades, as religiões como fundamentos surgiram todas em sociedades rurais, em sociedades agrárias. As grandes religiões, particularmente monoteístas, antes eram religiões animistas, anteriores à Revolução Neolítica.

Então, a capacidade durante toda essa fase do humanismo, a capacidade de a humanidade cooperar aumentou extraordinariamente, esse é o diferencial decisivo da humanidade, do *Homo sapiens* sobre as formas anteriores de vida. Uma capacidade extraordinária de cooperar, que foi aumentando, aumentando e aumentando até chegar a uma escala gigantesca. Hoje, a intensidade, o escopo, a extensão da globalização atual supõe uma cooperação gigantesca da humanidade. Essa cooperação atinge graus que são assustadores para muitas pessoas. Destroem a estabilidade da realidade que era sentida e percebida como relativamente estável, lenta, digamos. Ou seja, a realidade hoje é uma realidade de transformação muito acelerada. Para dar uma ideia, por exemplo, a história da ciência até recentemente é uma história de produção de conhecimento a partir de dados estruturados. O que produz inteligência artificial? A produção de conhecimento a partir de dados não estruturados. A partir da internet e depois da internet das coisas nós citamos no mundo de aceleração, a produção permanente de dados. Então, isso é algo com que até recentemente a ciência não

estava acostumada e pensava que era longe de poder se chegar. Por exemplo, produzir conhecimento a partir de dados não estruturados. Mas isso é possível com *machine learning* e *deep machine learning*. Por exemplo, em 2016 os dados produzidos pela humanidade equivalem a todos os dados produzidos na história prévia da humanidade.

Em 2014, a previsão era de que durante 2015 e 2016, a cada dois anos todos os dados produzidos seriam equivalentes a todos os anteriores na história da humanidade. Em 2016 e em um ano. Neste momento, a previsão é de que, em 2020, a cada mês se produzam dados equivalentes a toda a história prévia da humanidade. Se você diz "ah, tudo bem, mas o que significa isso?", esse é um lugar. Os dados em si mesmos não dizem nada. O que é decisivo, de outro lado, é o *machine learning* ou *deep machine learning*, a capacidade de processar dados não estruturados. Isso é uma revolução absolutamente superior a qualquer coisa prévia, à Revolução Industrial, à Revolução Neolítica, às armas nucleares e mesmo ao surgimento da internet.

Turing, na década de 50, previu que as máquinas seriam mais inteligentes que os homens. Einstein achou que isso seria impossível. Turing é o famoso cientista britânico que quebrou a criptografia alemã. Ele foi decisivo na vitória da guerra e foi uma tragédia da democracia ocidental, porque foi condenado por homossexualismo em 1952 e depois se suicidou. Há um belo filme sobre a história dele. De fato, ele tinha razão. Hoje, todos os cientistas concordam que ele tinha razão, e não Einstein.

Então, o que nós temos? Um mundo onde a capacidade... Cada vez mais nós temos uma circulação gigantesca de informação. Então, classicamente, por exemplo, na década de 90, de 2000, a globalização se entendia como uma aceleração muito grande, uma aceleração recente, digamos, da circulação de bens, bens materiais, serviços, pessoas e também informações. O ponto é que agora a proporção da circulação de dados, de informações sobre o total de circulação, dos fluxos de circulação de matéria, energia e informação, cresceu extraordinariamente a proporção de circulação de informação. Então, isso e a capacidade da humanidade de processá-las.

O impacto mais profundo disso... São vários impactos. Primeiro, na vida cotidiana das sociedades é uma rápida destruição dos empregos convencionais. Isso aconteceu já antes em todas... Já houve resistências antes contra a revolução industrial inglesa, por exemplo, destruidoras de máquinas. Vários estudos mostram hoje que, em dez anos, 50% dos empregos atualmente existentes, das profissões existentes não existirão mais. Serão criados novos. Essa é a lógica do desenvolvimento tecnológico. Mas, nesse caso, a multiplicação da produtividade gerada pela inteligência artificial faz com que exista praticamente a certeza de que haverá muito mais destruição de empregos do que produção de novos empregos. É por isso que, por exemplo, hoje se torna cada vez mais geral no mundo a discussão sobre a necessidade de uma renda básica universal, que é algo muito mais profundo do que o Bolsa Família, em função de sociedades onde a produtividade econômica aumenta constantemente e a proporção de pessoas; quer dizer, a produtividade do trabalho qualificado é altíssima, mas o trabalho qualificado é para uma proporção da sociedade.

Não é uma hiperminoria, 1%, 2%; é mais do que isso, mas está longe de ser para a totalidade das pessoas. Então, isso é um fator muito importante do profundo mal-estar nas sociedades desenvolvidas com relação à globalização. É a destruição de empregos clássicos e a destruição da possibilidade de novos empregos, mesmo empregos degradados com relação aos empregos anteriores. E como a circulação gigantesca de informação afeta profundamente as psicologias individuais e a psicologia coletiva e cria uma sensação de incerteza gigantesca, digamos. Tudo muda permanentemente. Tudo se desmancha permanentemente.

Então, essa é uma consequência profunda do momento que estamos vivendo e da reação que nós temos nas sociedades, a reação contra a globalização, que, por exemplo, claramente se manifesta nos movimentos nacionalistas xenófobos na Europa e manifestou-se nos Estados Unidos na eleição de Trump. Isso não quer dizer que Trump tenha força para - nem estou falando de parar a globalização - nem sequer de diminuir o ritmo da globalização, porque as forças econômicas e tecnológicas são muito mais profundas, e elas não são controladas por ninguém. Há atores centrais dessa força, por exemplo, o Silicon Valley, claramente, mas o Silicon Valley se reproduz hoje por vários lugares do mundo, digamos assim, e não apenas na Califórnia. Então, o que era originalmente um lugar localizado, hoje, é uma metáfora para dizer muitos lugares do mundo, inclusive muitíssimos na China e no norte da Europa.

Então, essa extraordinária força da globalização, que gera essa resistência, gera uma sensação de discursos do tipo nacionalista, como Jean-Marie Le Pen, ou seja, de "vamos destruir a globalização", "estamos fazendo um movimento nacionalista que acaba com a globalização, ou que vai redesenhar profundamente o mundo".

Eu sou das pessoas que pensam, como muitíssimos analistas obviamente, que nós vivemos uma grande incerteza no sistema internacional, mas que as possibilidades de movimentos nacionalistas erodir significativamente, mudar o rumo da globalização é muito baixa. Não digo que seja impossível, porque não é, mas é baixa. Inclusive, por exemplo, se nós

vemos o discurso de Trump nas eleições e o que ele pode fazer realmente. Vejam toda a coisa sobre o discurso isolacionista de Trump, por exemplo, e o que ele realmente está fazendo na presidência. Está certo?

Então, vejamos outra coisa. A China hoje tem uma elite, a grande maioria da população, que acredita profundamente na globalização. Por quê? Porque eles são os principais beneficiários da globalização dos últimos vinte anos. Então, imaginem, na Conferência de Davos, um presidente da China falando de evitar o quarto escuro do protecionismo. É um negócio que você não imaginaria. Obviamente que do lado russo, sim. Penso que isso sim. A Rússia é uma sociedade ressentida, as elites são profundamente ressentidas. Ao invés de adaptar-se à globalização, eles se adaptam à periferia, tentando refreá-la. Há toda uma perspectiva geopolítica obsoleta, porque, como disse Parag Khanna, hoje, a geopolítica existe mais do que nunca, mas não é a geopolítica das fronteiras, é a geopolítica da conectividade, isto é, as cidades, os países, o seu poder se mede pelo seu grau de conexão com o resto do mundo, conexão de infraestrutura física, material, seja portuária, viária, ferroviária, aeroviária, aeroportos, seja pela conectividade informacional. A quantidade de pessoas que usam banda inteligente de internet e a quantidade de agentes econômicos que têm alta capacidade de produzir algoritmos inteligentes. Em última instância, vamos dizer que toda inteligência artificial supõe uma inteligência humana, que produz algoritmos inteligentes, porque toda essa capacidade computacional gigantesca, na nuvem, que nós temos hoje, que é o fundamento do que se chama quarta revolução industrial, tudo isso requer cientistas, operadores inteligentes, que façam perguntas inteligentes aos dados. Aos dados, se não se faz perguntas inteligentes, você pode rodar um computador com uma potência gigantesca, inclusive computação quântica - que não está muito longe, inclusive -, mas se não há pergunta inteligente, não há um produto significativo.

Eu diria que nós temos, hoje, três polos fundamentais no mundo: Estados Unidos, União Europeia e China, sendo claramente a China um polo muito ascendente, um polo superengajado na aceleração da globalização, porque é beneficiário da globalização. Vocês me perguntarão: "Mas como, se ao mesmo tempo a China, como tem um regime autoritário, teme a circulação livre de informações?" E é verdade. Hoje, calcula-se que dois milhões de chineses estão dedicados ao filtro da internet internacional. Isso é real. Ou seja, há um medo muito grande, na elite chinesa, sobre a circulação de informações. Mas pesa muito mais a dinâmica econômico-tecnológica, processo para o qual a China está muito bem preparada, entre outras coisas, porque está desenvolvendo os seus Silicon Valleys. A China de hoje não é a de dez anos atrás, assim como no que se refere às mudanças climáticas.

Há anos, víamos sobre altas emissões da China. Hoje, a China é a vanguarda mundial do desenvolvimento de energia solar fotovoltaica e em qualquer momento vai começar a competir, inclusive, em rede inteligente em baterias com Estados Unidos e Alemanha, o Norte da Europa.

Então, nós temos a China claramente engajada na globalização e nós temos o núcleo dos Estados Unidos, o núcleo corporativo dos Estados Unidos, cujo coração fundamental é o Silicon Valley dos Estados Unidos, totalmente engajado na globalização, e mesmo uma parte da indústria fóssil, mesmo que não engajada na descarbonização, também engajada na globalização. Digamos, o Rex Tillerson, Presidente da Exxon, a Exxon é totalmente, não é favorável à descarbonização na economia mundial, mas, sim, é favorável também à globalização.

Existem, obviamente, setores de população americana que são contrários à globalização, mas são setores muito fracos e são uma resistência muito precária, pobre, que se interessa parcialmente - parcialmente - na eleição de Trump. E, depois, nós temos na Europa, todo o norte da Europa está sendo também muito bem-sucedido em termos de aumentar a produtividade da economia, de incorporar profundamente a quarta revolução industrial, a revolução da inteligência artificial.

Esses são os polos do mundo. A Rússia contesta isso, é uma potência contestadora, e perdedora, com certeza, a única coisa que tem são armas nucleares basicamente, capacidade de destruir o mundo, tem, sem dúvida nenhuma, e, se alguma possibilidade exista de que isso aconteça, nós não temos garantia, obviamente, digamos, mas a Rússia representa absolutamente o passado.

Eu afirmo isto, porque é muito comum encontrar na mídia alguns analistas que falam que não, a Rússia é como um poder ascendente, como a capacidade de ser *driver* do sistema internacional. A única coisa que a Rússia tem capacidade neste momento é de tentar resistir à profundidade do desenvolvimento da hiperglobalização, mas representa absolutamente o passado.

É o oposto da China. A China representa o presente e o futuro, inclusive, há um problema em relação, vamos dizer, todos nós que amamos a democracia, digamos, que é o seguinte, e essas são coisas de que não teria tempo de falar agora, mas por causa desta aceleração da revolução da inteligência artificial, que a China tem condições, inclusive, de incorporar em várias áreas, muito mais que Estados Unidos, porque Estados Unidos têm limites, como uma sociedade mais baseada no indivíduo, de privacidade que a China não tem. Por isso, por exemplo, na Medicina, na pesquisa genética isso já se está mostrando claramente, digamos, está certo?

Então, até em algumas áreas, a China pode ir muito na frente nesse sentido, e a ideia de que não era possível uma sociedade desenvolver-se com uma vasta classe média sem democratizar-se politicamente está em questão hoje. Pode ser que continue sendo verdade - tomara que continue sendo -, mas qual é o problema? Estas profundas transformações econômico-políticas criaram uma desfuncionalidade na democracia estruturada no Estado nacional com as instituições que nós temos do Estado nacional do tipo de como existe a democracia representativa, a Câmara dos Deputados, o Senado, várias outras coisas, digamos, ela é disfuncional, ela não consegue processar decisões na velocidade das transformações econômico-tecnológicas, está certo?

Então, aparece uma, inclusive, apatia em relação à democracia. Então, você tem forças antidemocráticas no mundo ocidental hoje, mas nem são tão fortes quanto as forças apáticas. Crescem as tensões eleitorais, por exemplo. Veja bem, na França, na próxima eleição, a única possibilidade de Marine Le Pen ganhar as eleições é que no segundo turno há uma quantidade de muita gente dos partidos tradicionais - o Partido Republicano e o Partido Socialista já os tem, por exemplo. Se já não os tivessem, com certeza Marine Le Pen não ganharia nunca. Acho que a probabilidade é baixíssima, mas segundo os analistas o perigo de uma Marine Le Pen, ou seja, a quantidade de gente que vai se desinteressando, a apatia em relação à democracia.

Então, isso aí são perguntas gigantescas, porque é algo totalmente novo. É do tipo: que transformações a democracia representativa precisa? Profundas? Não apenas no Brasil, obviamente, mas em todo o mundo democrático, para ela se tornar funcional, para ela se tornar correspondente com a dinâmica profunda, tecnológica e econômica. São perguntas muito difíceis de responder. Não há...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO VIOLA - ... são debates decisivos, uma pergunta muito difícil de responder. Bom, eu concluo por aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Muito obrigado ao professor Dr. Eduardo Viola pela sua apresentação, e passo em seguida a palavra ao Embaixador Rubens Barbosa.

O SR. RUBENS BARBOSA - Obrigado, Presidente, pelo convite. Eu vou direto ao assunto. Vou me beneficiar dos comentários que foram feitos pelos dois palestrantes que me precederam. Eu vou tratar dos desafios para o Brasil neste mundo em transformação, que foi dito aqui. Eu tinha alguns comentários sobre o pano de fundo disso, que é a ordem internacional, mas vou fazer dois, três comentários, muito rápidos, sobre essa questão da ordem internacional. A primeira: que essa ordem internacional, ou a desordem internacional em que nós vivemos, representa, justamente, o resultado dessas grandes mudanças do mundo e de tudo que está acontecendo, que foi descrito em detalhes aqui, e que afetam o que eu digo que é a velha ordem. A atual ordem é a velha ordem internacional.

Se a gente for ampliar um pouco o que o Gelson mencionou, quer dizer, eu acho que essa ordem que está superada, ou que está em processo de superação, começa lá atrás, no século XVII, com a Paz de Vestfália, quando surgiu o Estado, a nação; passa pelo Tratado de Viena, quando se criou o concerto europeu, e mais modernamente, como ele mencionou, passa por 45, com a criação das instituições; passa por 89, 1989, quando cai o muro de Berlim, e passa na minha opinião, também, por 1991, quando da invasão do Iraque, da primeira invasão do Iraque, os Estados Unidos declararam que foi criada uma nova ordem, e era a ordem unilateral americana. Em todos esses eventos, desde a Paz de Vestfália até 1991, com os Estados Unidos, essas decisões, esses fatos que geraram mudanças importantes no mundo, foram decisões de um pequeno grupo de países, de países desenvolvidos, que colocaram para nós todos, para o resto do mundo, visões geopolíticas e conceitos que estão hoje sendo questionados.

Quer dizer, porque há a emergência, como foi dito aqui, do resto do mundo. Não são aquelas mesmas nações desenvolvidas, mas novos polos de poder. Que conceitos são esses que estão sendo questionados? Foram mencionados aqui alguns, mas lembro a questão da soberania, as áreas de influência, a lógica territorial, ou mesmo o conceito do Ocidente, a questão do equilíbrio de poder. Todos esses conceitos dessa velha ordem estão sendo hoje questionados.

Essa mudança, no sistema internacional, foi acelerada em consequência das mudanças que ocorreram desde a queda do muro de Berlim, com o fim da União Soviética. Essas mudanças, como foi dito aqui, são derivadas desse profundo processo de globalização, dessa aceleração tecnológica, das comunicações, da emergência da Ásia, do fim da bipolaridade. Isso afeta o processo decisório dos países e os países todos procuram defender os seus próprios interesses. A definição do que vai emergir como uma nova ordem internacional vai incluir um número muito maior de países, que vão contribuir para a formação dessa nova ordem, na minha visão.

Essa nova ordem é inserta, como foi dito aqui, na área política, na área econômica, na área comercial e na área da segurança e da defesa, como vou comentar ao longo da exposição. Essas incertezas - tudo isso o que está acontecendo

- vão determinar um reexame desses conceitos que mencionei, dessa visão geopolítica, para refletir a necessidade das demandas que surgiram com a nova realidade global. Essa é que é a realidade.

Como é que se insere o Brasil nesse reexame desses conceitos e nessa visão geopolítica que foi muito bem mencionada aqui antes? Acho que o Brasil passou a enfrentar desafios da ordem interna e desafios da ordem externa, dentro desse cenário em grande transformação, em grande mudança, por causa dessas razões que nós mencionamos aqui. Em termos de desafios internos - e não vou entrar em detalhes nisso - vou apenas mencionar... Depois, de os senhores quiserem, a gente pode discutir. Hoje o Brasil enfrenta grandes desafios internos, com a crise econômica, com a crise política, com a crise ética, com o esforço de reajuste econômico, de austeridade, de crescimento. O desequilíbrio da economia hoje é derivado de equívocos na política econômica dos últimos anos. Nós perdemos competitividade. Acho que esse é um dos mais dramáticos desafios que o Brasil hoje enfrenta, que é o de restabelecer a sua competitividade sistêmica, na área da economia, da produção, do comércio exterior.

Também um outro desafio é a desindustrialização que o Brasil está sofrendo nesses últimos anos. É uma desindustrialização precoce que está gerando muitos problemas para a indústria, para o emprego, enfim, por todos esses problemas que a gente sabe.

Um outro grande desafio é o comércio exterior, por uma série de razões que eu vou mencionar depois. Mas nós vamos ter que enfrentar esse desafio com grande destemor, porque vai haver, na minha visão, mudanças profundas na economia para que o Brasil possa enfrentar esse desafio também nessa área do comércio exterior.

Quanto à questão do combate à corrupção, a impunidade, estamos vendo, em casos recentes, como isso influi na economia, no comércio exterior. E nós temos que também aqui passar o Brasil a limpo. É uma mudança importante.

Em resumo, desses grandes desafios internos vai emergir uma nova agenda, e eu completo a minha apresentação com essa nova agenda, com essa visão de futuro. Qual é a nova agenda que sai a partir, em parte, desses desafios internos e, em parte, dos desafios externos?

Nos desafios externos, o que a gente pode dizer é que a única certeza é a incerteza. Todas as áreas que a gente analisa, tanto na área política, na área econômica, na área comercial, na área de segurança e defesa - como eu vou procurar mostrar -, a incerteza é muito grande e torna muito difícil, para os formuladores de política externa, de política comercial, você se ajustar a esses grandes desafios.

Alguns foram mencionados aqui. Quer dizer, você tem hoje - eu vou mencionar de passagem, não vou entrar em detalhes -, na área da política internacional, a criação do Estado Islâmico; as guerras que continuam na Síria, no Iraque; a guerra - não declarada - entre Israel e Palestina; a questão dos refugiados; a questão do nacionalismo, que foi mencionado aqui, da xenofobia. Você tem as novas ameaças que colocam em xeque muitos conceitos de defesa: o terrorismo, a segurança cibernética. A nova atuação da Rússia que estamos vendo agora no Oriente Médio. Apesar de ter perdido muita força, muita presença no cenário Internacional, ela se recolocou em algumas áreas e, no Oriente Médio, ela está como uma força importante.

Há o papel da China, que foi muito bem mencionado aqui; a crise do multilateralismo, das grandes instituições que foram criadas em Bretton Woods depois do fim da guerra - o Fundo Monetário, o Banco Mundial -, a OMC, sobretudo, de que eu vou falar mais aqui na área comercial, e o próprio G20.

Nós estamos vendo agora, nesses dias, o G20 sendo questionado pelos próprios Estados Unidos. E o curioso é que, em todas essas instabilidades que eu vou mencionar aqui, os Estados Unidos têm um papel importante, porque, como foi dito aqui, a presunção é de que os Estados Unidos fossem um pouco o garantidor dessa nova ordem que emergiu depois da guerra. Mas essa ordem vem sendo questionada, inclusive, pelos Estados Unidos.

Um outro aspecto é a insegurança no cenário econômico. Depois da crise de 2008, houve um problema grande em termos de crescimento da economia mundial, em termos de crescimento do comércio internacional.

Eu acho que a insegurança, hoje, do cenário internacional deriva em boa parte das medidas que foram anunciadas pelo Governo Trump: a questão da redução dos impostos, a desregulamentação, a expansão fiscal com a questão da infraestrutura, o crescimento eventual do déficit público, o fortalecimento do dólar, a taxa de juro do FED, o próprio liberalismo econômico americano sendo questionado por medidas protecionistas e pressão sobre as empresas americanas. Então, essa insegurança no cenário internacional começa com o novo governo americano por todas essas razões. Continua com a situação na Europa. Quer dizer, não só o crescimento da Europa - que começa agora a se recuperar, mas esses anos todos foi muito baixo -, agora, com a crise, com a saída da Inglaterra, a negociação do Brexit, com o Reino Unido, eventualmente, saindo e aumentando a insegurança nessa área econômica, com a possível saída do Reino Unido, da

Escócia, as eleições na França e na Alemanha, a crise da Grécia, as dificuldades da Itália. Tudo isso gera, juntamente com a insegurança das políticas americanas, uma insegurança grande trazida pela Europa.

Por outro lado, temos uma situação um pouco melhor este ano. Não foi assim nos últimos anos, mas está sendo um pouco melhor agora, com a volta, o crescimento dos países emergentes, que são os novos polos de poder - é o caso do Brasil e o caso da Rússia -, que voltam a sair da recessão, a crescer, complementando o crescimento forte da Índia e da China.

Outro cenário de insegurança na área econômica é a volatilidade do preço das *commodities*, que é muito importante para todos, inclusive para o crescimento dos países. Então, a variação é muito grande, o crescimento do preço do petróleo, sobretudo, como houve no passado. E, no caso da *commodity*, se cai muito, ameaça a estabilidade dos países, gerando também essa insegurança na área econômica. E também a instabilidade financeira.

Nós sabemos da situação difícil por que passa a China com empréstimos que não são pagos. A China cresce, mas é um crescimento que tem sempre uma sombra de dúvida quanto à questão financeira. Também a Itália, que está com um problema financeiro muito grande. E também agora, com o elemento novo, essas políticas ou anúncios de políticas nos Estados Unidos de desregulamentação, sobretudo na área financeira, porque, se a regulamentação que foi colocada no lugar, na economia americana, por causa da crise, das bolhas, de tudo que foi feito e gerado na crise nos Estados Unidos, como a bolha econômica, com tudo que ocorreu, agora, com essa desregulamentação, vai aumentar a insegurança também, de novo, na área econômica dos Estados Unidos.

Esse reordenamento produtivo global cria também uma grande insegurança para as empresas, para os países e, agora, nós temos... Amanhã até estou publicando um artigo no *Estado* sobre uma nova política industrial da China, anunciada agora no começo de março, no congresso do partido, e uma explicitação do 13º plano quinquenal da França, sobre uma fantástica revolução na política industrial da China, que privilegia mais de dez setores e com 300 bilhões de yuan para financiar as empresas.

E não vou entrar em detalhe aqui, mas essa política vai obrigar as empresas chinesas a produzir 80% de tudo o que é consumido, nessa área tecnológica e na área industrial, na China, com conteúdo nacional de 40%, passando depois para 70%. Isso terá um efeito global, vai afetar as empresas industriais da Europa, dos Estados Unidos, do Brasil, de todos os países.

E, um último ponto também de segurança no cenário econômico, essa revolução energética, que estamos vendo, com o *shale oil*, nos Estados Unidos, na área de meio ambiente, com o Acordo de Paris. Enfim, uma série de áreas que influenciam na segurança do cenário econômico.

Há incerteza também na área comercial. Os senhores sabem que, no começo deste século, no fim do século passado, o comércio internacional estava crescendo a dois dígitos. O Brasil quadruplicou o seu comércio exterior, de 2002 a 2012, 2013, quando o comércio internacional se expandiu brutalmente. Hoje, nesses últimos cinco, seis anos, a partir da crise de 2008, o comércio internacional se expande abaixo da produção global. E o ano passado cresceu a menos de 2%. E neste ano, a projeção da OMC é um crescimento de 1,6%. Isso reflete uma grande incerteza também nessa área, agravada pela crise do multilateralismo, como falei, no caso da OMC. A OMC está perdendo a sua capacidade de negociação dos acordos comerciais e também ameaçada agora por causa dos Estados Unidos, eventualmente não querendo se submeter às regras do mecanismo de solução de controvérsia, a própria função de reguladora do comércio de juiz, de justiça, para dirimir dúvidas no setor, nas brigas comerciais, porque a OMC tem essa função de órgão de solução de controvérsia.

Além disso, na área dessa crise da OMC, temos um crescimento do protecionismo, que vem de 2008 para cá, por causa do grande desemprego que havia nos Estados Unidos, na Europa, e esses países passaram a adotar medidas restritivas. E agora os Estados Unidos estão ameaçando colocar o que eles chamam lá de *border tax*, quer dizer, é um imposto de importação, que vai incidir sobre todos os produtos. Se eles fizerem isso, estamos falando de uma alíquota de 20%, vai afetar todo mundo, todos que quiserem exportar para os Estados Unidos vão ser afetados por essa taxa. Os Estados Unidos são o maior mercado importador do mundo.

Além dessas incertezas todas, você tem uma grande incerteza na negociação comercial com assinatura desses acordos, mega-acordos, o TPP, a parceria transpacífica, que está suspensa porque os Estados Unidos retiraram a assinatura do acordo. Mas, acho que não está morta. Não acredito que os Estados Unidos, o *establishment* americano, as empresas americanas, vão deixar que esse acordo desapareça, porque esse acordo foi moldado segundo o interesse americano. Depois posso entrar em mais detalhes disso.

Então, mesmo o Nafta, que foi questionado agora pelo Trump também, não acredito que vá desaparecer; vai haver pequenos ajustes, mas gera uma incerteza grande. No TPP são 12 países. O Nafta é o Canadá e o México, incerteza nesses países todos. Na Europa, são 28 países que vão ter que renegociar os acordos com o Reino Unido. Então, dentro do que a

gente está conversando sobre as incertezas, vocês têm uma ameaça do Trump de armar, desenvolver uma guerra comercial e cambial com a China, com o Japão, com a Alemanha, pela manipulação cambial e o efeito dentro do comércio.

Além dos acordos multilaterais que eu mencionei, também os acordos bilaterais. Eu acho que uma das saídas do TPP, para ele vigorar, vai ser a renegociação desse acordo bilateralmente pelos Estados Unidos, e eu acho que eles vão fazer isso, a começar com o Japão, que foi um dos objetivos comerciais dos Estados Unidos.

No TPP também entra outra consideração. É um acordo com uma forte matiz geopolítica, porque era um acordo para excluir a China ou diminuir a importância da China da região, e agora, se esse acordo não for levado adiante, a China passa a ter - já está negociando um acordo, o RCEP lá, um acordo de comércio com 16 países da região, inclusive com alguns que estão no TPP.

Então, nós temos aí esses aspectos todos e também, dentro dessas grandes transformações por que passou a economia global, o comércio global, as cadeias produtivas globais, as cadeias produtivas de valor, o comércio entre as companhias. Mais de 60% do comércio global hoje é feito entre companhias com cadeias produtivas, que é um grande desafio para países com o Brasil.

No caso da China, já mencionei aqui, essa grande incerteza, não só por causa dos questionamentos que os Estados Unidos estão fazendo, tanto a ameaça de colocar uma taxa adicional sobre os produtos exportados pela China quanto pela questão que não está resolvida, de considerar a China como uma economia de mercado. Os Estados Unidos e a Europa não aceitam isso, e a China já começou a questionar isso no caso da Europa. Ela não quis questionar ainda os Estados Unidos, mas vai acabar questionando. Como vai ficar isso? Como vai ficar a questão do câmbio? Como vai ficar essa questão do *made in China*? Em 2025, essa nova política agressiva, sofisticada, política industrial que vai absorver tecnologia de ponta, vai absorver empresas do mundo inteiro para produzir para o mercado chinês e também para o mercado internacional, substituindo as empresas industriais do mundo inteiro.

E a China está tomando medidas também. Além desse acordo plurilateral, o RCEP, ela criou um regime regional de investimento, um banco asiático de infraestrutura.

Criou também um banco dentro dos BRICS, um novo banco de desenvolvimento, está criando um grande investimento na rota da seda, *one belt, one road initiative*, a iniciativa de uma estrada, de um cinturão, que é a rota da seda, com grandes implicações no comércio da região.

E, finalmente, nesse diagnóstico, na descrição das incertezas globais, há a incerteza na área de segurança e de defesa. Quer dizer, nos Estados Unidos, agora com a mudança do governo, incentivar a luta contra o terrorismo. E nós estamos vendo a mudança de posição dos Estados Unidos na guerra da Síria: interferiu diretamente com soldados, com equipamentos, interferindo na guerra, uma mudança de posição que vai acabar criando maior instabilidade ainda na região.

Na questão da proteção da fronteira, nos Estados Unidos, com repercussão na questão dos vistos, na questão da negação dos refugiados, no aumento dos recursos orçamentários para as Forças Armadas, a expensas do Departamento de Estado, da política externa e do meio ambiente, 10% a mais nas dotações orçamentárias para as Forças Armadas. Sem falar da insegurança que gerou a atitude americana em relação à OTAN, que está sendo corrigida, mas ele ainda continua cobrando, gerou uma insegurança muito grande na Europa.

Eu já mencionei aqui a questão da Síria e o papel importante que a Rússia teve para tentar terminar a guerra. Foi suspensão, há um período de suspensão nas áreas controladas pelo governo e pela Rússia, mas não nas áreas controladas pelos rebeldes com a interferência norte-americana.

Já foi mencionada aqui a questão da insegurança em relação à China, o telefonema que o Presidente Trump deu para o líder de Taiwan, se continua, ou não, a política de uma só China, como é que fica essa situação. Sem falar da criação dessa ilha no Mar do Sul da China, e a instabilidade que gerou naquela região.

A questão do Irã, como é que vai ficar o acordo que foi feito para controlar o programa nuclear do Irã, como é que vão ficar as sanções que foram colocadas ao Irã, como é que vai ficar a questão da política de mísseis do Irã, que agora foi penalizada de novo pelas potências ocidentais?

A questão do México, como é que vai ficar essa questão da fronteira, a construção do muro? O Trump, em uma das conversas mais soltas que ele teve com o líder mexicano, falou que se o México não conseguia controlar os "*bad hombres*", os homens maus, que ele poderia mandar uns soldados lá para ajudar. Quer dizer, são sinais de grande insegurança, aumenta a insegurança nessas áreas.

Na Ásia, também, a questão da Coreia do Norte, como é que vai ficar? Agora o Tillerson, o Ministro do Exterior dos Estados Unidos, disse que todas as opções estão sobre a mesa, inclusive um ataque à Coreia. Como é que fica a China se houver um ataque à Coreia do Norte? São temas muito importantes que estão na ordem do dia.

E, finalmente, a questão de Israel e da Palestina, como é que vai ficar isso nos próximos anos?

Então, esse é o quadro geral do que é hoje a insegurança, as transformações na ordem internacional.

Eu vou dedicar agora o que resta do meu tempo aqui para falar sobre o Brasil. Como é que o Brasil se insere nesse contexto? Como é que nós deveremos reagir? Porque, na minha opinião, o Brasil não está, até aqui, reagindo adequadamente a tudo isso que está acontecendo.

Como nós sabemos, nos últimos anos, a agenda externa perdeu importância, foi relegada a um distante segundo plano, tanto na política externa quanto na política de comércio exterior. E isso é uma das primeiras medidas que nós estamos tendo que corrigir. Nos últimos meses, o Itamaraty voltou a ter algum espaço. Houve um fortalecimento institucional grande do Itamaraty, com verbas para pagar as dívidas externas, dos organismos internacionais, colocar em dia o custeio do Itamaraty, o pagamento das coisas mais elementares porque no Itamaraty não tinha dinheiro. Fortaleceu-se também a parte institucional com a ida da Apex e da Camex para a estrutura do Itamaraty. E foi eliminada a influência ideológica, partidária na formulação da política externa, que gerou, na minha visão, muitas distorções.

Mas isso é apenas o começo para fortalecer o Ministério do Exterior e organismos que regulam o comércio exterior porque muito ainda está para ser feito. Nós estamos apenas começando um longo caminho para que o Brasil se atualize e possa responder adequadamente a esses desafios todos, em todas essas áreas. O Brasil, a gente se esquece, no meio de tanta crise, tanto pessimismo, a gente se esquece de que o Brasil antigamente brigava para ser uma das cinco maiores potências econômicas do mundo. Hoje a gente briga para ficar entre as dez. Mas o Brasil é uma das dez maiores economias do mundo.

E eu fiquei muito impressionado no último mês com duas referências do *The Economist* sobre o Brasil. A primeira, uns meses atrás, quando se discutia, a capa era: um insurgente na Casa Branca. Era o Trump chegando e mostrando as mudanças que estavam acontecendo no mundo. Isso que a gente discutiu aqui era o primeiro editorial do *The Economist*, mostrando tudo isso: a globalização, as ameaças, incerteza, instabilidade e tal. E aí, dizia o que se esperava das nações desenvolvidas e tal. E aí, no último parágrafo, assim sem nenhuma outra referência, no meio dessa crise toda que nós estamos vivendo aqui, da perda de competitividade, de tudo que a gente está vivendo, dizia o seguinte, textual: e o Brasil tem que assumir a liderança na região, na América do Sul.

Quer dizer, o mundo inteiro vê o Brasil como uma potência que não está respondendo a esses desafios. E agora, nessa semana passada, na capa da *The Economist* sobre uma pequena melhora da condição econômica, do crescimento econômico no mundo, está lá um balão com o Brasil, porque o Brasil saiu de 4,5% de recessão para 0,5% positivo. O Brasil e a Rússia saíram da recessão e estão entrando de volta no crescimento.

Isso é visto pelo mundo como uma coisa importante. Nós aqui estamos tão embrenhados aí nas crises que a gente está vivendo, que a gente não se dá conta de que o mundo espera do Brasil alguma posição.

Então, eu vou comentar rapidamente algumas coisas sobre a política externa e outras coisas sobre o começo exterior. Evidentemente, não vou esgotar o assunto aqui. Vou tratar três, quatro áreas em cada um dos setores e a gente depois pode aprofundar.

Na área externa, então, eu acho que o grande desafio nosso é restabelecer o papel do Itamaraty como principal formulador e executor da política externa e reinserir o Brasil nos fluxos dinâmicos da economia e do comércio exterior. São dois grandes desafios que o Brasil está enfrentando. Em termos de política externa, como eu disse, a gente começou a enfrentar os problemas institucionais. Eu acho que agora, com recursos, com a transferência da Apex, a gente não sabe se a Camex vai continuar ou não no Itamaraty, mas enfim, com a mudança que houve, você deu mais força para o Itamaraty participar do processo decisório interno.

E, em termos de política externa, nós vamos ter que mudar ênfases e prioridades. Por exemplo, eu vou destacar apenas três, quatro pontos aqui. Primeira questão: como o Brasil deve ou pode ou deve retomar a iniciativa aqui na região. Essa referência do *The Economist* é importante porque, se os senhores olharem para os BRICS - a China, a Índia, a Rússia e o Brasil -, dos quatro grandes países, o único país que não tem hoje, tinha talvez até certo ponto no passado, mas hoje já não tem é uma política ativa aqui na região. O Brasil ficou, na minha visão, a reboque dos acontecimentos durante muito tempo e a gente vai ter que rever isso e passar a ter uma política ativa aqui na região.

Isso quer dizer não só as relações bilaterais e a integração regional. Quer dizer, hoje, na prática, nós estamos sem relações nem com a Venezuela nem com Cuba. Nós não temos embaixador em Caracas nem em Havana. E eles também não têm relações com o Brasil. Como é que o Brasil vai enfrentar esse desafio? É um desafio para o Brasil.

Na parte de integração regional, nós estamos sem iniciativas. Você tem aí o Mercosul, que está começando a ser reavaliado. A gente espera que, agora que Brasil e Argentina estão falando a mesma linguagem, a gente consiga reativar o Mercosul, fazer o Mercosul voltar às suas origens, como um instrumento de liberalização do comércio, de abertura de mercados.

E como o Mercosul vai ampliar as suas - eu vou falar isso no comércio exterior -, mas como vai ampliar a rede dos acordos. Porque o Mercosul, nesses últimos anos, ficou isolado, totalmente isolado porque o Mercosul é um acordo, um tratado de cooperação econômica e comercial.

São importantes a área política e a área social, já existiam antes também. Quando eu fui coordenador do Mercosul, a gente tratava disso, não era que não existia. Já existiam, no começo do Mercosul, a prioridade social e a prioridade política, mas não era a única atividade do Mercosul; a atividade do Mercosul era abrir mercado e liberalizar o comércio.

Para não falar em outras áreas aqui da região, como segurança e defesa e os interesses do Brasil na defesa da integridade territorial com a fronteira - nós tivemos durante muitos anos um conflito na Colômbia, agora estamos com uma situação delicada na Venezuela - o Brasil vai ser afetado. O Brasil está, enfim, de maneira moderada na OEA procurando ajudar o processo interno da Venezuela porque, se houver uma crise na Venezuela - nós já temos 30 mil refugiados que vão e vêm da Venezuela no Brasil - e vierem 50 mil, Roraima não tem condição de atender. É um problema humanitário, é um problema de direitos humanos e vai ser um problema econômico para o Brasil, uma situação que saia do controle.

Então, aí, nessa questão da região, na área comercial e na área política, nós temos que retomar a iniciativa e formular propostas concretas, a começar pela integração física que é uma área que para o Brasil é estratégica e não estar sendo levada em consideração. Quer dizer, se a gente pensar que a Ásia hoje, com tudo isso que a gente disse da Ásia, é o principal parceiro comercial do Brasil e a China é o principal parceiro comercial do Brasil, passando os Estados Unidos, passando a Europa, nós não temos um porto no Pacífico para escoar a produção brasileira. Toda a nossa produção que vai para a China ou vai pelo sul ou vai pelo Panamá. Isso, na minha visão, é uma deficiência de política. Nós não soubemos prever isso que aconteceu e nem reagimos ao que já está acontecendo. Qual é a iniciativa do Brasil para aumentar e ter um corredor de exportação para produtos agrícolas e produtos minerais que a gente produz e vão para a China? Que eu saiba, não existe.

Então, há outro fator também que a gente não se dá conta aqui na região porque o Brasil é quase 70% de tudo o que ocorre aqui na região. Você tem aqui na região hoje, com influência, os Estados Unidos, a China, a Rússia, a França e a Inglaterra. Não preciso entrar em detalhes, os senhores entendem o que eu estou dizendo. Todos eles têm uma presença aqui na região. Qual é a posição do Brasil? Qual é a atitude do Brasil em relação a isso? É uma coisa que está em aberto.

Então, este é o primeiro aspecto: é a questão regional, a presença do Brasil política, econômica e financeira com todos os seus vizinhos e na integração regional. Fala-se agora na questão do Mercosul negociar com a aliança para o Pacífico. Eu vou mencionar isso depois quando eu falar de comércio exterior. Isso é um grande desafio, como eu vou mostrar, para o Brasil e para os países do Mercosul.

Segundo, nós vamos ter que ampliar o alcance da política externa. Por muitos anos, os países desenvolvidos foram relegados a segundo plano, e nós perdemos tempo em buscar tecnologia, buscar inovação.

Nós temos que mudar isso e dar prioridade aos países que possam atender a nossa necessidade de tecnologia, de inovação: fazer a reaproximação com os Estados Unidos, fazer uma avaliação dos outros países, o que a gente pode obter da União Europeia, do Japão. Agora estão falando de fazer um acordo do Japão com o Mercosul. Além de fazer uma reavaliação, porque por muito tempo prevaleceu a ideia do sul-sul, que é a mesma coisa da política brasileira de desenvolvimento, de relações com os países em desenvolvimento. Sempre o Brasil atuou na área dos países em desenvolvimento. Agora, a prioridade do sul-sul continua, não é que vai acabar, continua a prioridade da negociação com os países em desenvolvimento da África, aqui, da América Latina e de outros lugares. Agora, não pode é ser a única prioridade, deixando para o segundo plano os países desenvolvidos; tem que ser ao mesmo tempo, tanto com os desenvolvidos como com os países em desenvolvimento.

A outra área é o restabelecimento de uma voz mais ativa nos organismos internacionais no tocante aos temas globais. Quer dizer, direitos humanos, meio ambiente, nesses novos temas, segurança cibernética, terrorismo, o Brasil tem uma voz importante. É impossível conceber, eu, como, Diplomata, ex-Diplomata, é impossível conceber que, sendo o Conselho de Segurança uma prioridade na política externa brasileira - foi assim, já é assim há mais de 20 anos -, como é que o Brasil fica fora do Conselho de Segurança por 30 anos, vinte e tantos anos? Saiu, é notícia pública aí: a última vez que o Brasil foi para o Conselho de Segurança foi em 2010. Agora, para voltar para o Conselho de Segurança, tem que ficar na fila, e nós estamos na fila para entrar em 2032, 2033! Como é possível acontecer uma coisa dessa?! É isto que eu digo: levantar a voz do Brasil e voltar a participar.

Agora está começando a discussão aqui sobre a entrada do Brasil na OCDE. Eu sou favorável, estou defendendo isso há muito tempo - depois a gente pode discutir isso aqui. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é um organismo, uma organização sediada em Paris que congrega, que define regras. E o Brasil tem que voltar a ser um país normal e jogar pelas regras que são aceitas por todo mundo. A OCDE seria um freio a políticas fora

da ortodoxia que só existem no Brasil, entendeu? Então, são temas importantes desses órgãos internacionais em que o Brasil está fora.

E a última coisa nessa área de política externa que eu acho importante, que tem a ver aqui com a Comissão também, é que havia uma total desconexão entre política externa e defesa nacional. A Comissão aqui é de Relações Exteriores e Defesa. Eu sempre defendi que houvesse uma íntima associação e coordenação entre política externa e defesa nacional. Agora, pela primeira vez na história, há coisa de meses, houve uma reunião de nível ministerial, entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores. Há muitos temas, e já mencionei a questão da fronteira, a questão do Conselho de Defesa dentro da Unasul, o fortalecimento da indústria de defesa aqui no Brasil e na região e as implicações sobre política externa. Enfim, há uma série de áreas aqui que a gente pode mencionar nesse setor que são muito importantes.

Em relação ao comércio exterior agora, para terminar. Eu acho que a ida da Apex e da Camex para o Itamaraty foi muito importante. A criação da Apex no MDIC, em termos de racionalidade econômica, comercial, financeira, de custo não tinha muito sentido. Quer dizer, o Governo brasileiro mantém embaixadas e setores comerciais em todos os países, nos consulados, e você tinha uma outra estrutura no MDIC que competia para fazer a mesma coisa. Era um gasto duplicado, havia divergências, passaram quatro anos aí sem se falar, era uma confusão tremenda. Agora, para dar um exemplo concreto, a Apex e o Itamaraty se entenderam, e na China, por exemplo, em que as instalações da Embaixada não permitem uma ampliação da Secom para incluir a Apex e a Apex tem, em Pequim, instalações adequadas, o setor comercial da Embaixada vai se mudar para onde está a Apex, muito melhor instalada. E no caso da Rússia é o contrário: a Embaixada está melhor instalada do que a Apex; vai fechar a Apex, e a Apex vai para a Embaixada. São racionalizações de trabalho importantes.

No caso da Camex é outro problema. Eu sempre defendi o fortalecimento da Camex, que nunca teve influência grande porque estava muito pulverizada, estava no terceiro escalão do MDIC, e agora passou a ser presidida pela Presidência da República. Todos os outros órgãos estão no MDIC, e a Secretaria Executiva, que não tem poder decisório, apenas assessora, fica no Itamaraty. Foi muito fortalecida. E agora vamos aguardar a decisão que vai ser tomada, se vai ficar no Itamaraty ou volta para o MDIC.

Em termos de integração regional, eu já mencionei a questão do Mercosul. Quer dizer, por algum tempo, aqui, no Brasil, se falava da opção sul-americana, que a gente não devia buscar uma opção isolada no mundo, mas através do conjunto da América do Sul. E o que a gente viu nesses últimos anos foi não uma integração regional; foi uma desintegração regional. Quer dizer, você tem o grupo bolivariano, você tem a Aliança do Pacífico, você tem o Mercosul. Como casar isso, como reduzir esses desencontros? O Brasil pode ser um fator importante para evitar essa desagregação aqui na região. Eu já mencionei essa ideia de fazer um acordo entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico.

Também vamos ter que examinar como o Brasil vai reagir, como o setor privado vai reagir ao que vai acontecer em 2019. Os senhores devem estar sabendo disso. Se os acordos negociados no âmbito da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) até 2019, quer dizer, se houver o aprofundamento das margens de preferência para liberalizar o comércio e se todos os países cumprirem isso, na América do Sul, em 2019, nós vamos ter uma área de livre comércio - livre comércio, zero de tarifa. O Brasil já deu livre tarifa para todos os países da América do Sul, mas os outros países da América do Sul, nem todos deram para o Brasil. Então, se houver o aprofundamento dessas preferências tarifárias para o Brasil, nós vamos ter uma área de livre comércio.

Como fica o Mercosul? Como fica a questão de regra de origem? Como fica a posição do Brasil? Como ficam as regras de compras governamentais, investimentos, tudo isso? Ninguém está pensando muito sobre o que fazer, e é uma questão muito importante.

Nós precisamos desenvolver, na minha visão, uma nova estratégia de negociação comercial. A gente pode entrar em mais detalhes depois, mas é uma estratégia nova de negociação multilateral na OMC; regional, aqui no hemisfério; e bilateral, com esses acordos no âmbito da Aladi. Quer dizer, nós temos de pensar, o Brasil tem de pensar como aproveitar essas cadeias produtivas que mencionei, que é uma das mudanças grandes que ocorreram no comércio internacional. Como fazer cadeias produtivas regionais para integrar os outros países ao redor do Brasil, que é o grande mercado da região? Então, temos de quebrar o isolamento nas negociações comerciais.

Enquanto o mundo inteiro... Se os senhores entrarem no *site* da OMC, vão ver que o mundo inteiro, nesses últimos 15 anos, negociou mais de 400 acordos; o Brasil negociou três: Israel, Autoridade Palestina e Egito. Dos três, só um está em vigor, o acordo com Israel; os outros não estão em vigor. Isso temos de mudar, temos de abrir as negociações com outros países na região e fora da região.

Finalmente, a questão na área desses grandes acordos é a questão dos BRICS. A gente pode discutir isso depois também. O Brasil não está aproveitando o fato de a gente estar ao lado da China, da Rússia, da Índia e da África do Sul, como um

grupo que agora eu acho que não tem... Eu sou dos poucos que acreditam nos BRICS. Eu acho que foi uma das decisões corretas que foram tomadas no Governo anterior. A institucionalização dos BRICS é um *plus*, é um mais para o Brasil que não estamos aproveitando. Como fazer para aproveitar isso?

Finalmente, como conclusão, a visão do futuro. O que temos de fazer? Na minha visão, o que o Brasil deveria fazer dentro desses desafios todos, dentro desses atrasos todos? Dentro de tudo que a gente falou aqui, o que o Brasil deveria fazer? Acho que o grande desafio nosso nessa agenda externa é o Brasil encontrar o seu lugar no mundo, compatível com o que deve desempenhar uma das dez maiores economias do mundo. Há uma expectativa de que o Brasil exerça um papel. Então, essa mudança não pode ser mais adiada.

Hoje, a definição dos nossos reais interesses... O que a gente quer da relação com os Estados Unidos? O que a gente quer com a relação com a China? O que a gente quer da nossa relação com a União Europeia, com os vizinhos aqui da região, com os BRICS? Isso tudo, na minha visão, não está resolvido, não está respondido. Esse é o grande desafio. E não é só do Governo, do Itamaraty, do MDIC; é da classe política também, do Congresso, que tem um papel a desempenhar; da academia, que agora está muito mais aberta às discussões sobre política externa. Nós temos de começar a discutir isso.

Aqui no Brasil a gente é muito bom de diagnóstico, mas, quando chega a hora de fazer... O que temos de fazer, levando em conta o diagnóstico? O que a gente tem de fazer? Quem discute isso? Não se discute. Assim, acho que a Comissão pode ter um papel importante nesta agenda do que fazer, qual é o nosso interesse, incluindo, como disse, a academia, a classe política, o Congresso, os empresários, além dos representantes governamentais. Nós temos de definir, na minha visão, uma nova agenda.

Ao discutir o que queremos para o Brasil no novo cenário internacional, teríamos de examinar, entre outras coisas... Vou mencionar três ou quatro coisas aqui, mas há muito mais para fazer. Vou mencionar o que acho que é mais importante para o Brasil neste momento. Primeiro, temos de integrar o Brasil nos fluxos dinâmicos da economia global e do comércio internacional. Isso significa que a gente vai discutir uma série de coisas, reexaminar uma série de coisas dentro dos desafios internos.

Segundo, o Brasil, na minha visão, tem de assumir efetivamente a liderança na América do Sul, de acordo com os interesses brasileiros. Não é por isso ou por aqui; é segundo os interesses brasileiros. Interessa ao Brasil que a Argentina cresça, que a Venezuela se estabilize, que o Peru cresça. O Brasil tem que contribuir para isso positivamente, porque interessa ao Brasil. Não é porque a gente faz solidariedade; é porque interessa ao Brasil. Nós temos de assumir efetivamente esse papel de liderança, na minha visão.

Essa teoria, no Itamaraty, é muito discutida. Eu penso assim e falo lá há muito tempo, mas não é consenso, ao contrário. A liderança que menciono não é nem de dominação nem de hegemonia; é defender os nossos interesses, incluindo o desenvolvimento dos países da região, o que é bom para o Brasil. Então, essa é uma posição importante, e pouca gente tem clareza sobre esse aspecto. Se o Brasil não faz nada, acontece o que aconteceu. A gente fica a reboque; os outros defendem o interesse. Defenderam muito bem os interesses deles, e o Brasil ficou a reboque, em muitos casos, na minha opinião, contra o interesse brasileiro.

A terceira nova agenda é, como disse, ampliar a voz do Brasil nos organismos internacionais e a gente ter posição sobre comércio, mudança de clima, não proliferação, direitos humanos, terrorismo, segurança cibernética, sobre os refugiados, o que implica ampliar a coordenação interna do Itamaraty, porque esses temas não são temas só do Itamaraty, não só temas de política externa. Quando a gente fala de segurança cibernética, é o Ministro da Defesa, é o da Ciência e Tecnologia, e o Itamaraty tem de fazer a coordenação disso.

E temos de voltar a participar do Conselho de Segurança, de que ficou totalmente fora nesses últimos tempos. Para os senhores terem uma ideia, o Brasil vai ficar fora do Conselho de Segurança, se nada for feito para remediar isso e a gente só voltar em 2032, 2033, nós vamos ficar mais tempo fora do Conselho de Segurança do que durante o regime autoritário dos militares, que, por decisão política, não quiseram participar do Conselho de Segurança. Por vinte anos o Brasil não participou do Conselho de Segurança, porque ficava exposto a críticas de fora. Agora, por uma decisão nossa, porque foi por uma omissão nossa, nós estamos fora do Conselho de Segurança por 22, 23 anos.

Outro ponto é colocar fim ao isolamento do Brasil nesses entendimentos comerciais, nas negociações bilaterais e nos acordos com megablocos. Por que isso vai ser importante, inclusive com desdobramentos na política econômica e na política comercial interna? Porque, como os senhores devem acompanhar, todos os acordos comerciais que estão vigor nos últimos anos, sobretudo esses negociados pela União Europeia, pelos Estados Unidos, pela Coreia, pelos países mais desenvolvidos, todos esses acordos têm regras novas negociadas fora da OMC. É um dos aspectos da crise da OMC. E essas regras que vigem no TPP, na negociação do Canadá com a União Europeia, da Coreia com a União Europeia, da Coreia com os Estados Unidos, essas regras mudam totalmente a negociação comercial.

A negociação comercial, hoje, não é mais uma negociação de desgravação tarifária, de redução tarifária, como foi no âmbito da Aladi até aqui. E nós ainda estamos presos a essa ideia da desgravação tarifária - agricultura, indústria, serviço, diminui a tarifa. Isto aí está superado. As regras hoje incidem sobre compras governamentais, sobre investimento, sobre propriedade intelectual, sobre regras trabalhistas, meio ambiente. Sem falar em uma atualização nas regras tradicionais de barreiras não tarifárias, de regras sanitárias, fitossanitárias, enfim, todas essas regras que são normais nos acordos. Elas foram redefinidas.

Quem é que aqui no Brasil está pensando em discutir efetivamente que regras são essas, o que foi incluído no acordo da União Europeia com o Canadá, do TPP, 12 países, com os Estados Unidos, com o Japão, com esses países todos, e comparar essas regras com as regras internas nossas, com o sistema jurídico brasileiro, para ver se elas são compatíveis ou não? Porque elas vão ter profundas modificações.

Se o Brasil quiser - é política oficial do Governo - sair do isolamento e ampliar os acordos comerciais... Nós estamos no meio da negociação... Começou na semana passada a negociação com a União Europeia. Eu não tenho informação do que aconteceu nessa última reunião, mas estou certo de que a União Europeia vai introduzir várias dessas regras na negociação, porque essa negociação nossa dura já 15 anos e começou na cooperação política, econômica, redução de tarifas e tal. Agora, não. Agora são regras, com convergência regulatória.

A gente sabe o caos que são aqui no Brasil essas regras de várias agências e tudo que está acontecendo - inclusive, vimos agora, nessa questão da carne, colocando em questão a fiscalização sanitária -, porque a preocupação lá fora é com o consumidor. Aqui no Brasil, a gente não fala muito nisso, mas a preocupação lá fora desses acordos todos é com o consumidor, e nós vamos ter que embutir isso no nosso pensamento.

Então, essas questões são muito importantes, e eu acho que a consequência disso, se o Brasil algum dia vier a se inserir nessas negociações comerciais, a participar dos fluxos dinâmicos de comércio, das cadeias produtivas, é que o setor industrial brasileiro vai precisar se preparar. Não está preparado.

Eu estou como Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp há 12 anos e sei o que estou falando. O setor industrial brasileiro precisa se adequar a essas novas realidades. E, para falar de dois setores que estão sendo questionados pela OMC, o setor automobilístico e o setor eletroeletrônico... Há um caso na OMC contra a política industrial brasileira e pouca gente está se dando conta disso. A política industrial brasileira foi questionada pela União Europeia e pelo Japão nessas duas áreas. Mas, dependendo de como evoluir isso, outras áreas poderão ser afetadas. E, pelo que a gente sabe até aqui, o relatório preliminar do *Panel* da OMC que está examinando esse caso votou contra a política industrial brasileira. Nós vamos ter que modificar essa política para nos adequarmos à OMC.

Então, nós vamos ter que fazer uma reestruturação que reforce esses setores, porque o setor industrial, como os senhores sabem, nesses últimos anos, foi muito afetado.

Os senhores sabem que, em 1985, o setor industrial representava 25%, 26% do PIB brasileiro, hoje representa 10%. O País está, como eu disse, se desindustrializando; estão fechando, gerando desemprego. Então, vai haver a necessidade dessa reestruturação com o desenvolvimento de novas parcerias - vamos ter que incorporar novas parcerias - e especialização nas áreas em que o Brasil é mais competitivo.

Eu acho que, dificilmente, nos próximos anos... Não estou falando agora, estou falando com uma visão, como disse, de futuro, de médio prazo. Em 10, 15 anos, o panorama industrial no Brasil vai ser totalmente diferente. Como foi dito aqui, o mundo vai ser outro, e aqui no Brasil vai ser outro também. E nós temos que começar a nos ajustar a isso. Vamos ter que desenvolver - isso já está começando a ser pensado - programas de assistência e de ajuda a essas empresas. Nós vamos ter que pensar nisso para podermos nos ajustar a essas grandes transformações que ocorreram no mundo.

Então, eu acho que o grande desafio... Nós temos, como eu disse, o desafio interno de colocar a economia em ordem, voltar a ter competitividade, aprofundar essas reformas importantes que estão sendo discutidas aqui no Congresso. Essas reformas são apenas o começo se quisermos efetivamente modernizar o País - a reforma tributária, a reforma trabalhista, a reforma da previdência. Dentro de uma visão de médio e longo prazo...

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS BARBOSA - ... em que o Brasil possa voltar a crescer, a se inserir no mercado internacional, elas têm que ser aprovadas e, depois, no novo governo, a partir de 2018, aprofundadas.

Eu acho que isso vai ser muito importante para que o Brasil possa voltar a ser competitivo, voltar a participar como deve, como uma das dez maiores economias do mundo, no cenário internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Muito obrigado, Embaixador Rubens Barbosa, por esta bela explanação que fez a respeito da inserção competitiva do Brasil nesse novo cenário internacional, nessa ordem internacional que está aí sendo criada.

Eu gostaria de aduzir aos nomes que já foram aqui citados, dos senhores embaixadores e senhores representantes das missões diplomáticas no Brasil que comparecem à nossa audiência pública de hoje, também a presença da Sr^a 3^a Secretária da Embaixada da Austrália, Sr^a Abigail Emma Adhiambo Ogada-Osir; do Sr. Adido Civil da República do Benin, Sr. Adédodja Eustache Ibikounle; da Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Itamaraty, Sr^a Ministra Gisela Maria Figueiredo Padovan.

Passarei às perguntas de S. Ex^{as} os Srs. Senadores.

O primeiro inscrito é S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque; em seguida, o Senador Jorge Viana.

Por favor, com a palavra S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Boa noite! Boa noite a cada uma e a cada um.

Senador Collor, quero parabenizá-lo pela volta desses seminários, como tivemos aqui durante a Presidência anterior de V. Ex^a nesta Comissão. Quem assistiu - e muitos devem ter assistido - pela televisão deve ter visto a riqueza do que ouvimos aqui e das provocações feitas.

Quero, em primeiro lugar, dizer que vale a pena muito transcrever essas palestras e distribuí-las. E chama a atenção para o catálogo de perguntas que fez o Embaixador Rubens. Eu, que só comecei a contar no final, somei 35 perguntas, mas deve haver umas 90.

Creio que suas perguntas são muito oportunas, para ver se descobrimos como orientar o processo, mas é aí que entra a dificuldade. Estava olhando o título "Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". Será que a pergunta não seria "Como conviver no caos?" Porque o que escutamos e vemos hoje - aí, a fala do Eduardo foi a mais enfática - é que estamos sem bússolas. O norte muda de lugar. Então, vamos passar um tempo em que nem pontes, nem barreiras vão funcionar. Vamos ter que improvisar. Aí, vou fazer duas perguntas nesse processo.

Primeiro: é possível imaginar uma ordem ou nós devemos nos preparar para o caos? E com um objetivo: o de evitar a catástrofe, porque caos não é sinônimo de catástrofe. Numa catástrofe, morremos; no caos, conseguimos viver.

Caos nas nações que vão definir o rumo? A China cresce ou, de repente, surgem outras. Caos na decisão de um Presidente da República, como o dos Estados Unidos, de mudar tudo. Amanhã, pode ser o Presidente da França, da Alemanha, da China.

Então, vamos viver um período de grande dificuldade. E, aí, é que entra a dificuldade de tomar decisões, porque as tomamos, olhamos no curto prazo, e tudo vai acontecer num certo médio prazo imprevisível.

Por exemplo, as discussões hoje: previdência e terceirização. Estamos discutindo - vamos pegar um exemplo desse conceito mais amplo de terceirização - se se deve ou não substituir táxi por Uber, mas já existe carro sem motorista. Então, as nossas discussões estão vindo muito atrasadas.

Estamos discutindo se há ou não idade mínima e se essa idade mínima é de 65 anos, quando, daqui há 20 anos, a expectativa de vida pode estar em 90 anos. Aí, já não vale mais essa nossa definição de 65 anos. Sabemos é que não dá para ficar sem idade mínima.

Tudo está indo tão depressa que fica difícil imaginar como vamos fazer. No caso da Previdência: daqui a pouco, vamos viver 100 anos, mas com um problema, pelo que o próprio Eduardo disse: sem que os jovens tenham emprego.

Então, tudo o que fizemos de reforma, dentro de poucos anos - e vamos ter de fazer, vamos ter que procurar conviver no caos -, é com a consciência de que as regras são provisórias. Vamos ficar sem empregos e com velhos demais. E como vão ser as decisões que tomamos?

Aí, a segunda pergunta: qual é o papel da política e dos políticos hoje? Há muito tempo venho dizendo que há três dificuldades grandes para fazer política hoje. Uma é que fazemos política nacional, mas o mundo ficou global. Então, nossas decisões valem pouco.

Na semana passada, um delegado, junto com um jovem juiz e mais alguns, fizeram uma investigação, com um papel muito bom, no sentido de parar a corrupção, e os chineses ficaram sem carne, nós ficamos sem emprego, sem dólares, durante algum tempo - e nem sabemos por quanto tempo mais. Ou seja, o caos se espalha por uma coisa bem local.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - E já foram soltas. É verdade! (*Risos.*)

Então, estamos vivendo um período de uma dinâmica global, mas o nosso trabalho é nacional. E pior: a eleição é paroquial. Por exemplo, eu estava fazendo as contas de quantos votos perdi por estar aqui, ao invés de estar na Ceilândia, em Taguatinga, conversando com o pessoal na Rodoviária, fazendo palestra na Universidade daqui, porque o voto é ali, mas o problema é aqui. Aqui é onde vamos encontrar a solução. Esse é um problema.

O outro é do curto prazo. Nós trabalhamos no curto prazo, no imediato, olhando a próxima eleição. E as coisas acontecem num caos em direção a um tempo mais longo; ou tempo ficou tão dinâmico que não dá para esperar pela próxima eleição também. São os dois problemas que acontecem: somos eleitos com um programa e, de repente, surge outro, porque as coisas avançaram.

Aí, vou mais longe, meu caro colega Eduardo Viola. Quanto tempo ainda vai durar o Parlamento? Será que a inteligência artificial não nos vai fazer obsoletos? Um imenso computador - imenso na memória, porque pode ser deste tamanho aqui - reunindo todos os habitantes do mundo, tomando decisões *on-line* e levando em conta o longo prazo. Obviamente, as regras morais deveríamos pretender defender.

Quanto tempo o Parlamento será como é hoje, com eleição a cada quatro anos, quando poderia ser já *on-line*? Não estou falando da democracia direta, porque ela é muito prisioneira do imediato. Estou falando de tomar decisões imediatas, com o olhar a longo prazo, que não sabemos como fazer ainda. Mas a inteligência artificial pode resolver isso. Recebemos os dados, essa inteligência artificial faz uma análise, devolve, porque vão trazer muitos problemas, e faz-se outra consulta.

Então, do ponto de vista da política, porque o senhor falou dos vários aspectos da evolução rápida, do acúmulo de informações e do manuseio das informações. São dois fatos que aconteceram nas últimas décadas e explodiram nos últimos anos: o acúmulo de informações e a capacidade também quase infinita de manuseio das informações.

Então, por quanto tempo ainda nós vamos fazer política de maneira muito parecida com a que se fazia na Grécia antiga? Só que lá era na praça; agora, a gente faz dentro do Parlamento. Lá era para a cidade; agora, a gente tenta fazer para a nação - isso depois dos séculos XVIII e XIX, quando surgiram as nações.

Essas são as perguntas, Presidente.

De qualquer maneira, fico preocupado de estar passando uma mensagem pessimista. Mas não é pessimista; é angustiante, porque o que vier, provavelmente, para as gerações futuras terminará sendo bom, mas esse período de transição vai ser muito difícil. E eu temo - voltando aqui para dentro - porque nós estamos com uma dificuldade a mais - e, aí, não é mundial, é nossa: um processo de sectarização que nos impede de construir pontes entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Nós estamos querendo construir pontes no mundo, mas hoje não há pontes aqui entre nós. E nós ficamos todos paroquiais. Não temos cardeais que nos ajudem a pensar e, depois, repassar. Ficamos paroquiais todos nós. Paroquiais regionais ou paroquiais de grupo, que nos apoia e que nos elege. E cada um querendo o seu, sendo que o mundo é algo muito maior do que a soma de cada um de nós. Essa é a diferença. O Brasil é maior do que a soma dos 200 milhões. Até porque no Brasil a gente tem que contar os que vão nascer ainda.

Diante disso, esses seminários são muito importantes, mesmo que a gente fique com mais perguntas - graças, sobretudo, ao Rubens, que trouxe boas perguntas. E eu acho que é tempo de perguntas, por isso que eu gostei da sua fala. Mesmo que a gente saia com mais perguntas do que respostas, pelo menos a gente sai percebendo que há um desafio muito forte pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra, agora, ao próximo inscrito, S. Ex^a o Senador Jorge Viana, que é Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Obrigado, Presidente, colegas Senadores, todos que estão aqui neste importante painel do ciclo de debates, eu queria, de modo muito especial, cumprimentar os ilustres convidados, pessoas que realmente têm uma contribuição a dar: o Embaixador Rubens Barbosa, o Embaixador Gelson Fonseca Júnior e o Prof. Dr. Eduardo Viola. E, mais especialmente, quero cumprimentar V. Ex^a, Presidente, por ter trazido de volta esses debates, como bem disse o Senador, colega, Cristovam e o Senador Pedro Chaves também, que estão aqui.

Peço desculpas porque só há um voo do Acre de dia, para sair de lá - foi o que eu peguei -, e ele chega aqui às 18h30. Então, fiz um malabarismo para chegar o quanto antes. Que bom que deu tempo! E assim vou fazer sempre que possível.

Eu queria cumprimentar o Senador Cristovam, que foi muito feliz quando devolveu as perguntas. Eu, semana passada, fiz um discurso também fazendo perguntas do plenário, sobre se tem lógica o que estamos fazendo no Brasil. Eu procurei lógica e não vi lógica nenhuma, em tudo o que está ocorrendo, desde o que nós entendemos como golpe parlamentar, as consequências dele, a situação, o caminho que nós estamos pegando.

E eu não tenho nenhuma dúvida sobre um aspecto: acho que foi muito feliz o título, mas ele cabe muito bem para nós. Nós estamos precisando derrubar as barreiras que criamos entre nós na sociedade e construir pontes novamente. Nós já tivemos esse momento. O Brasil está precisando fazer isso internamente. Há um verdadeiro ódio de setores contra setores. Eu não estou aqui tirando quem tem culpa ou quem não tem culpa. Ontem já houve um movimento contrário, ao revés, de que as pessoas que foram para as ruas já não vão mais, porque já não confiam naqueles que as chamaram para ir. Isso não significa que o outro estava certo. Mas o nosso País está precisando disso. Nós estamos inseridos no mundo; no mundo que nós disputamos.

Então, eu não vou obviamente me prender muito às questões internas, mas fiquei chocado de ver que, depois de algo que mexeu muito com o papel do Brasil no mundo - essa questão da carne fraca mexeu com a força do Brasil, do agronegócio brasileiro no mundo, e nós disputamos um mercado complicado, com grandes competidores -, ontem, o juiz mandou soltar os últimos três que estavam presos. Quer dizer, fica muito claro que houve mais do que uma precipitação. Pode ter havido aí um abuso de autoridade de pessoas que usurparam competências, que não tinham, de outros setores.

Li também o relatório do Ministério da Agricultura, que diz que até agora não encontraram absolutamente nada, nas auditorias que estão fazendo, de que a carne consumida no Brasil ou produzida e processada no Brasil põe em risco a população. Mas o estrago e o prejuízo já estão feitos. Eu ouvi o Senador Pedro Chaves falando sobre isso em A Voz do Brasil.

É um absurdo nós seguirmos nessa marcha da insensatez, em que a gente destrói primeiro, ganha as manchetes dos jornais, para depois ver se há uma notícia mesmo, se de fato ocorreu aquilo. Então, acho que é um caso clássico, que precisava ser investigado, e, se alguém cometeu abuso de autoridade, que seja punido. Não estou prejudgando ninguém. Mas é um prejuízo enorme para o País, depois de passar décadas tentando construir uma imagem, um posicionamento no mercado internacional de proteína animal, por exemplo.

Mas eu queria aqui, com todo o respeito, fazer um certo contraponto, porque não peguei os outros dois convidados, só tive o privilégio de ouvir o Embaixador Rubens Barbosa, com quem tenho o privilégio da convivência e da amizade.

V. Ex.^a, inclusive, falou que nós temos de ter um bom diagnóstico da situação. Eu acho que, com todo o respeito, nós temos - e é normal - divergências sobre o que ocorreu no Brasil ou o que deveria ter ocorrido nos últimos anos, mas eu queria fazer um contraponto pondo outra visão, arvorando-me. Não sou embaixador - quem me dera -, nunca me especializei na área. Sou um brasileiro, um curioso, alguém que tenta ver, que torce pelo Brasil, que trabalha pelo Brasil, como meus colegas. Mas eu faria uma leitura um pouco diferente.

Nós tivemos o período do governo do Presidente Fernando Henrique, que foi um período importante. Ele promoveu - e eu falo isso sendo do PT -, ele deixou um legado importante. Não me prendo só ao Plano Real, mas há outras medidas que ele adotou, e eu o respeito por isso, eu o admiro por isso. Acho que ele e o Presidente Lula, mais recentemente, são os dois grandes líderes que nós tivemos. Um ficou oito anos governando, e o outro ficou oito anos governando. Eu falei para ambos isso, e falo.

Mas, na época, por circunstâncias a que ele até se referiu esta semana, dizendo que não teve tanta sorte no cenário econômico, mas, durante os oito anos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem uma política muito próxima dessa que o Embaixador Rubens Barbosa defende, nós tivemos, depois de oito anos - estou falando de economia -, um déficit de US\$8 bilhões. O saldo de oito anos foi um déficit no Brasil, com um saldo de reserva de US\$16 bilhões. Esse foi o resultado de oito anos.

E o Presidente Lula, alguém que saiu de Garanhuns, pau de arara, mas que tinha andado o mundo inteiro, um autodidata, que conhece talvez mais que ninguém os líderes mundiais, pois tinha andado o mundo inteiro, fez uma agressiva política externa. E isso eu queria dizer por uma questão de justiça, para constar nos *Anais*, pelo menos, outra versão, porque eu acho que são muito importantes esses debates.

Ele andou o mundo inteiro. Acho que nunca tivemos um Presidente que tenha visitado tantos países como o Presidente Lula. E ele foi vender o Brasil. Mas não é vender no sentido de deixar o Brasil lá, vendendo barato, como agora estão fazendo, no pior momento, vendendo tudo que nós temos. Ele foi levar a competência, a capacidade e os produtos brasileiros a todos os continentes do mundo. Ninguém andou tanto, como Presidente da República, quanto o Presidente Lula.

Eu fiz uma viagem com ele, atravessando o Atlântico, num teco-teco. Esse avião que arrumaram aí deveria ter sido um avião com maior dignidade para a Presidência da República, mas a imprensa criticou tanto, que compraram um A319, um teco-teco que precisava abastecer dentro do Brasil para ir à Europa. E chegava lá, passava algumas horas, e ele pegava o teco-teco e voltava, descendo na Ilha do Sal, depois descendo em Recife, para chegar a Brasília, de volta. Eu fiz duas viagens dessas com ele, gastando infinitas horas, da Europa para a Índia, com ele também.

E o resultado desse pau de arara, desse Presidente que andou, foi um pouco diferente nos seus oito anos. Quando terminou, ele havia deixado um superávit na balança comercial de US\$300 bilhões, resultado do trabalho dele, do nosso governo, do Estado brasileiro. E as nossas reservas passaram, em 2014, para US\$376 bilhões. Eu acho que isso tem de ser registrado, sinceramente.

E isso não ocorreu por que a política estava errada. Quem valorizou mais o Itamaraty do que o Presidente Lula? Quem abriu mais embaixadas? Qual foi o resultado disso? OMC. Nunca havíamos sequer pensado em disputar. Na FAO, fomos reeleitos! Isso é resultado de uma política externa. Estou falando da economia e estou falando de política.

Eu não posso achar que o Brasil não fez grandes acordos. E o BRICS, em junho de 2006? Há algum acordo mais importante feito no mundo, na última década, do que o BRICS? Quem o fez? Brasil, China, Rússia e Índia. E, em 2011, para colocar um S, acrescentou-se a África do Sul. Foi o nosso País que fez isso, gente! Isso é a nossa história. Nós não podemos deixar isso barato. Não existe um acordo mais importante, nas últimas décadas, do que o BRICS. E foi o Presidente Lula quem o promoveu, junto com China, com as lideranças da Rússia e, obviamente, da Índia. E, em 2011, acrescentamos a África do Sul.

Eu queria também fazer um brevíssimo paralelo com os vizinhos. Eu acho muito grave isso que o Embaixador Ricupero nos trouxe. O Brasil não pode seguir sem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Embaixador Rubens Barbosa. Mil desculpas!

O que o Embaixador Barbosa falou é muito sério. Nós não podemos ficar sem embaixador na Venezuela e sem embaixador em Cuba.

Quando nós começamos essa história, em 2002, o comércio do Brasil com a Venezuela, Senador Cristovam, era de US\$600 milhões. Nós tínhamos isso com as nossas exportações para esse país. Quando chegamos a 2012, isso já estava em US\$5 bilhões. Eu não posso desprezar, achar que foi pouco o que nós fizemos! E agora não temos embaixador lá, eles também não o têm aqui. Isso é grave!

Sobre o Mercosul, quando o Presidente Lula assumiu, o comércio que nós tínhamos com o Mercosul era de US\$4 bilhões; em 2013, estava em US\$32 bilhões, gente! Eu vou desprezar isso na hora em que eu for analisar a ordem internacional, estender pontes ou erguer barreiras? E por que é tão satanizada a presença do Brasil no Mercosul, ou a política do Brasil com o Mercosul? Nós saímos de US\$4 bilhões e passamos para US\$32 bilhões em uma década. Que país conseguiu isso? Tivemos mil problemas na região; temos mil desafios. A situação hoje é mais grave, é muito mais grave; eu não posso deixar de considerar a situação em que estamos vivendo.

Eu só queria, então, para concluir, Sr. Presidente, fazer o registro - acho que é uma questão de justiça -, numa sessão como esta, de que V. Ex^a, quando assumiu a Presidência, no pouco tempo que teve, foi muito forte nessa área. V. Ex^a promoveu mexidas no comércio brasileiro que, até hoje, estão registradas como o primeiro passo que o Brasil deu para tentar sair de uma situação em que vivíamos numa zona de conforto há décadas. Falo de V. Ex^a, Presidente Collor. E acho que o Presidente Lula foi quem deu o salto e materializou isso.

Eu não posso deixar de considerar que o que nós temos de fazer de novo não pode, pelo menos, deixar de lado aquilo que a gente usou. É um *slogan*, é uma caracterização, mas a gente sempre falava que a política do Presidente Lula e a do primeiro mandato da Presidente Dilma, porque ela não conseguiu fazer o segundo, eram altivas e ativas. Eu acho que essa é a posição do Brasil.

Eu li um livro outro dia que trazia um estudo feito em Harvard, Presidente Collor e Prof. Cristovam, meu querido professor e reitor. O estudo trazia dados científicos sobre o que é melhor para um jovem que quer estudar nas melhores universidades do mundo. Nesse estudo científico, perguntaram a vários jovens: o melhor é você ser um peixe pequeno num lago grande ou um peixe grande num lago pequeno? Ou seja, o melhor é você disputar Harvard e lá ser um peixe pequeno, porque lá o lago é grande, ou você disputar uma universidade que está em terceiro lugar ou em quarto lugar no *ranking*, onde o lago é menor, onde o lago é pequeno, e você ser um peixe grande lá? O estudo de Harvard sobre isso é bem objetivo: é muito melhor tentar ser um peixe grande num lago pequeno do que ser um peixe pequeno num lago grande.

Eu acho que há uma diferença. O Presidente Lula fez essa política de tentar ser um peixe grande num lago pequeno. O nosso País defende sempre que a gente tem de estabelecer uma relação com os Estados Unidos, com não sei quem, porque falar com os vizinhos, falar com o mais pobre, conviver com os que são iguais a gente, isso não é coisa de... Aí tentam nos colocar numa posição, e acho que vamos construir isso.

Talvez, o Presidente Lula estivesse tão certo, que o Presidente Obama falou: "Esse é o cara!" Talvez tenha sido o maior reconhecimento numa reunião que um chefe de Estado pudesse ter.

Então, eu queria só deixar aqui uma pergunta para o debate. Nós estamos vivendo num mundo em que nós temos a agenda da mudança do clima, ou seja, acabamos de fechar o maior acordo das nações, com o compromisso de reduzir as emissões e de mudar o modelo de produção e de consumo. Está havendo a crise da imigração, que é gravíssima, que atinge a Europa mortalmente. Ela está vindo um pouco dali, daquelas regiões mais próximas da Europa e da África, mas, quando ela começar a vir da Ásia - pode ser que isso aconteça; não sei o que vai acontecer -, quando diminuírem os empregos no sudeste da Ásia, poderá haver algo com que o mundo não conviverá.

Passaram 50 mil pessoas no Acre em três anos - isso ocorreu no Acre, na fronteira do meu Estado -, entre haitianos, entre senegaleses, e vinha gente de tudo quanto era lugar. Ontem, vi no Fantástico duas mães que fugiram com os filhos, para se afastarem de maridos violentos. Elas entraram pelo Peru e pelo Acre, no Brasil, e estão escondidas dos maridos perversos; pelo menos é assim que elas colocam. Então, nós estamos vivendo isso.

Acabei de vir de uma viagem do Oriente Médio. Nós fomos lá. O Estado Islâmico é algo que... Aquilo que aconteceu em Londres foi o que vi em Israel. Disseram: eles não vão ter exército, não vão estar organizados. Com ações individuais, em qualquer lugar, pega-se um caminhão e se passa por cima de pessoas; pega-se uma arma, e se atira nas pessoas. Essa é a guerra nova. O Papa está dizendo que é a Terceira Guerra Mundial, que já estamos vivendo.

Quanto ao Estado Islâmico, há uma aliança de 68 países enfrentando o Estado Islâmico, usando *drones*, e dez são países árabes. Estão destruindo de longe os Estados Unidos, numa retaguarda. Então, estamos vivendo isso.

Na guerra da Síria, vi que cinco Estados da região estão desaparecendo. Provavelmente, na palestra que vamos ter aqui, vamos poder fazer esse debate. O Presidente Collor está nos ajudando e assumiu o protagonismo de realizá-la.

Temos o desafio da China, que impõe mudanças em todos nós, no mundo inteiro, com seus produtos, com sua agressividade, com seu desenvolvimento. Estive lá por 15 dias este ano.

Há um caso de que V. Ex^a, Embaixador Rubens Barbosa, falou e com que eu concordo plenamente. A China quer fazer um investimento de US\$50 bilhões aqui no continente, quer fazer uma ferrovia para ter um porto, para sair do Canal do Panamá, para não ficar refém de ninguém, para ter a sua ferrovia saindo daqui, e essa ferrovia sobre a qual eu fui lá discutir não tem endereço aqui em Brasília. Esta semana, tive reunião com a Embaixada da China, e eles não têm um endereço para discutir um investimento dessa magnitude, porque não há ninguém no Brasil interessado em discutir como é que se faz um acesso para a China levar os nossos grãos e os produtos de que eles precisam e trazer os importados. É tipo o canal ferroviário deles. É claro que eles vão investir. Esse é um aspecto.

Estamos vivendo a crise da União Europeia. Nesta semana, houve uma crise danada, com a França discutindo se sai ou não. Este é o mundo de hoje. E o Reino Unido está com a decisão já tomada.

Temos o governo Trump e temos, para completar, Sr. Presidente, uma revolução dentro da revolução, que é a revolução tecnológica que estamos vivendo. Diziam que o 5G sairia daqui a dois anos. Estive agora num encontro em Barcelona, no Mobile Congress. Haverá o 5G em uma semana. Quanto à inteligência artificial, quem lê a entrevista do CEO do Google na *Veja* nesta semana vê em que era estamos entrando, Senador Cristovam.

Agora, isso tudo está acontecendo simultaneamente, e nós, no Brasil, estamos tentando nos destruir. Há instituição que está destruindo o Congresso Nacional. O Congresso Nacional está em frangalhos. Nunca esteve dessa maneira a política, que é saída para a crise. Quando houve o abalo em 2008 nos Estados Unidos, imediatamente chamaram o G8, o G20, os políticos, os líderes para acharem uma solução. Não foram chamados os economistas.

O nosso País vive este drama hoje aqui com a criminalização absoluta da política. Ao invés de consertarmos o que está errado, estamos destruindo tudo, e não sei para onde vamos.

Então, acho que este debate é da maior importância. Para mim, é um privilégio ouvir o Ministro Rubens Barbosa. Lamento não ouvir os colegas e os demais convidados.

Acho que, sobre o que aconteceu no Brasil na última década e meia, deve ser pinçado também o quanto de positivo nós tivemos ao longo desse período, o quanto há de positivo! Podemos ter muitas críticas ao governo de que faço parte, ao PT, mas, se nós minimamente não reconhecermos o quanto o Brasil cresceu no cenário internacional, o quanto bem se posicionou, eu acho que nós vamos, no mínimo, cometer um erro histórico de avaliação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana. Eu adicionaria aqui as perguntas que chegaram de fora, mas eu resumiria com uma delas, dirigida a todos os senhores palestrantes. É a seguinte: "V. Ex^s acreditam que Trump e sua política externa são ameaça à paz e à segurança internacionais?"

Eu começaria, então, ouvindo o Prof. Dr. Eduardo Viola.

O SR. EDUARDO VIOLA - Muito obrigado pelas questões, pelas reflexões.

Senador Cristovam, colega, eu achei interessante esse título alternativo, ou seja, se é possível conviver no caos ou como conviver no caos.

Apesar de poder parecer que o que eu falei tem um tom pessimista - há todo um lado de incertezas e de transformações gigantescas, que são fascinantes e assustadoras ao mesmo tempo, essa é a realidade; não dá para dizer que é uma coisa ou outra -, eu penso que a humanidade, neste início do século XXI, vive uma situação muito superior à que viveu em toda a história prévia, se nós analisarmos a quantidade de mortes em guerras, por exemplo. É claro que, quando a gente se concentra em determinados países, em determinados lugares, a situação é terrível, mas, se nós vemos em termos *per capita* a situação mundial, de fato, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a proporção de pessoas mortas em guerra é baixíssima se comparada com a de toda a história prévia da humanidade. A proporção de pessoas mortas violentamente, apesar do peso que a morte violenta tem no Brasil, seja de trânsito ou de criminalidade, na média humana, a proporção de morte violenta é baixíssima se comparada com a verificada em toda a história prévia da humanidade. A renda *per capita* tem subido, na média, extraordinariamente. Então, há um progresso humano muito importante.

Uma coisa que quero destacar é o seguinte: o momento mais difícil da humanidade foi a Guerra Fria. Na Guerra Fria, estava tudo preparado para uma guerra nuclear global a qualquer momento. Inclusive, poderia haver uma guerra nuclear por acidente, e não apenas por escalada. E, de fato, a humanidade conseguiu evitar uma guerra nuclear. A Guerra Fria não terminou em uma guerra nuclear global. Isto está hoje, de algum modo, no DNA da humanidade: a capacidade de evitar situações extremas.

Então, a minha resposta a sua pergunta é: sim, é possível conviver no caos. Eu vejo que as forças da globalização, da interdependência, da associatividade e da cooperação, no mundo, são muito profundas, em relação às forças mais reativas, que levariam a uma escalada de nacionalismo geopolítico clássico e, eventualmente, à guerra. Eu acho essas forças muito menores.

Agora, nós temos problemas novos. O problema de a destruição de empregos ser superior à criação de novos empregos é um problema gravíssimo para o mundo todo, em graus diferentes, em diversos países do mundo. Para nós, aqui, pode ser muito grave. Por exemplo, nós estamos vendo um desemprego muito alto justo no momento em que se acelera a revolução da inteligência artificial. Então, qual é o ponto? Quando olhamos pelo retrovisor, vemos que esta é uma crise econômica como outra, mas que depois o emprego voltará. A pergunta é: nós temos de ler esta crise à luz da revolução da inteligência artificial? Digo isso porque ela também está conosco aqui no Brasil, sem a menor dúvida, mesmo que numa escala muito menor do que a que se precisaria. Então, com certeza, há um desemprego estrutural. Por causa da inteligência, mesmo que haja um crescimento econômico significativo, o desemprego estrutural tende a ser, provavelmente, por causa dessa revolução da inteligência artificial, muito significativo.

Sobre os Parlamentos e a política, há uma defasagem quanto ao modo com que se faz política no mundo hoje. Por isso, há crises nas democracias, com a disfuncionalidade crescente das democracias, com a separação crescente da sociedade com relação aos políticos profissionais. Isso, no Brasil, é extremo, mas, em geral, ocorre em todo o mundo. Digamos que não é um problema apenas brasileiro. E tem a ver com o fato de que as instituições políticas nacionais estão longe de se adaptar às transformações profundas na economia, na tecnologia, nas comunicações.

Eu imagino o quê? É claro que a inteligência artificial pode ser um instrumento extraordinário para favorecer consultas muito mais rápidas para a sociedade, para se tomarem decisões muito mais inteligentes, porque serão baseadas em conhecimento muito mais consistente. Isso precisaria acontecer. Por enquanto, no mundo, isso está acontecendo pouco. Só acontece de fato, claramente, nos países nórdicos. Os países nórdicos têm incorporado uma dinâmica, por exemplo, nos Parlamentares e nos demais, de consulta *on-line* praticamente sobre os seus constituintes e os demais, o que gera outro tipo de democracia representativa, que é bastante eficaz. Mas eles são o cume da evolução da humanidade. Para o resto da humanidade isso é muito mais difícil. Então, eu não sei até onde isso é possível.

Penso que o Parlamento vai continuar existindo, mas será muito diferente do que é hoje. Isso não ocorrerá em 30 anos, em 40 anos ou em 50 anos, mas será muito mais rápido. Na verdade, os políticos brasileiros precisariam tomar consciência

da profundidade da crise, para propor a reforma das instituições, as reformas de bens públicos universais de longo prazo, e não apenas como se faz aqui e acolá, dizendo quem se elege e quem não se elege, quais são os partidos. A profundidade da crise, talvez, seja uma janela de oportunidade extraordinária para o Brasil, para fazer uma atualização profunda de suas instituições. Isso requer que se separe do imediato e que, inclusive, construa pontes, como falava o Senador Viana. Essa construção de pontes supõe que se reconheça como funciona profundamente a democracia brasileira existente hoje. Ela tem de mudar em um grau de profundidade muito, muito alto. O debate sobre isso é de extraordinária complexidade.

Finalmente, sobre a questão se a política externa de Trump ameaça a segurança internacional, quero dizer que é uma política agressiva. Comparada com a de Obama, certamente ela cria mais turbulência. Mas ela ameaça muito menos que visões que enfatizam muito a personalidade de Trump, o discurso de Trump, o discurso eleitoral, e que não enfatizam a lógica da economia americana, do mundo das corporações americanas, que são corporações transnacionais - e parte fundamental delas é de ponta, com altíssima produtividade. Inclusive, falo da estrutura institucional, pois a democracia americana é cada vez mais disfuncional, sem a menor dúvida.

De qualquer modo, a capacidade de Trump governar e fazer o que falou durante a campanha eleitoral é limitada. Se vocês veem a presidência de Trump, vocês vão ver isso. Por exemplo, ele pode detestar a OTAN, detestar a aliança ocidental e amar Putin e a Rússia por razões conhecidas e desconhecidas, que estão entrando em investigação, mas a realidade é que o sistema americano como tal tem uma lógica própria profunda que faz com que a OTAN continue, sem a menor dúvida - não tenho a menor dúvida de que a OTAN continua -, e com que a política de sanções à Rússia também continue, até que a Rússia mude sua política em relação à Ucrânia e à Crimeia. Isso não muda.

Trump queria extraordinariamente mudar isso? Vejam bem: Trump ameaçava com imediatas declarações de manipulação de *currency* da China, de toda uma política superagressiva com a China, mas a realidade do que ele pode fazer é muito diferente, porque, se ele faz uma política superagressiva com a China, ele dará um tiro no pé gigantesco sobre a estrutura econômica americana, sobre o mundo corporativo americano e também sobre o chinês, claramente. Então, por mais que ele queira, ele está contido. Há riscos nisso. Ele tem o controle dos botões nucleares, mas não seria nada estranho que já existam operadores colocando filtros na capacidade de ele dar comandos no sistema nuclear. Isso aconteceu no momento em que Nixon estava mais enlouquecido, quando ele queria bombardear Hai Phong, quando ele queria fazer um bombardeio por saturação em Hanói e em Hai Phong, no Natal de 1972. Então, não é bom, é uma ameaça à segurança internacional a presidência de Trump, mas muito menos do que circula em avaliações simplistas por aí.

Termino resumindo, dizendo que a ordem internacional está em transformação profundíssima. Como eu dizia ao Embaixador Barbosa, a velha ordem praticamente não existe mais. Há outra ordem aí, e as instituições dessa ordem são diferentes. O multilateralismo que nós conhecemos também está erodido profundamente pela profundidade da hiperglobalização.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Muito obrigado, Prof. Dr. Eduardo Viola.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Gelson Fonseca Júnior.

O SR. GELSON FONSECA JÚNIOR - Muito obrigado, Presidente.

Concordo com o Viola, em sua eloquência, e, ainda que eu dele discordasse, eu não teria eloquência suficiente para discordar. Então, concordo.

Do que o Viola disse, eu queria chamar a atenção só para dois temas. Em primeiro lugar, ele fala, por exemplo, que há certos comportamentos que se enraizaram na atitude dos Estados, das grandes potências, das potências nucleares. Um deles é o receio de usar a arma nuclear. Isso, evidentemente, cria um limite para esse caos, porque o maior caos no sistema internacional é a guerra. Enfim, há muita guerra, há guerra na Síria, no Afeganistão, no Iraque, etc., mas o que aconteceu durante a Guerra Fria, uma espécie de autocontenção das superpotências, acho que, de certa maneira, vai continuar. Acho pouco provável que os conflitos entre os Estados Unidos e a Rússia ou entre os Estados Unidos e a China escalem. A tensão pode aumentar, mas há um limite para esse processo.

Em relação à ideia de caos, eu acho interessante a sugestão do Senador Cristovam de que podemos conviver no caos, mas o caos nunca é tão caos quanto a gente imagina. Que caos é esse? Qual é o limite desse caos? Eu acho que um dos limites é este: você descarta uma guerra entre as superpotências. Isso já diminui muito a sua concepção de caos. Se isso estivesse incluído como uma possibilidade do sistema, aí, sim, a perspectiva de caos seria maior. E, se houvesse a guerra, o caos seria absoluto, os grandes Estados acabariam, fulminados por uma guerra nuclear. Esse é um ponto.

Outro ponto é se o Trump ameaça ou não ameaça a segurança internacional. Ele não quer ameaçar; ao contrário, a atitude dos Estados Unidos tem sido uma atitude, pelo menos no discurso dele, de se engajar menos nos processos internacionais.

Na medida em que ele se engajassem, supõe-se que ele seria menos ameaçador para a segurança internacional. O discurso é um discurso de contenção: "A OTAN não serve muito, não vamos nos meter no Oriente Médio, enfim."

Agora, a coisa mais fácil de se fazer hoje em dia em relação ao sistema internacional são perguntas e respostas e identificação de problemas. São muitos problemas. Por várias razões, está se desenhando uma transição cujos contornos são difíceis de se definir. Muito mais difícil de se definir é o que vai acontecer. Quer dizer, se hoje é difícil se definir para onde vão os Estados Unidos, que é um fator essencial no processo internacional, imaginem o resto!

Então, era isso.

Muito obrigado. Foi um prazer ter participado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Muito obrigado, Embaixador Gelson Fonseca Júnior, pela sua participação na noite de hoje.

Por fim, passo a palavra a S. Ex^a o Sr. Embaixador Rubens Barbosa para dar resposta às indagações formuladas.

O SR. RUBENS BARBOSA - Eu vou começar pela pergunta do Trump. Eu concordo com o que foi dito aqui. Eu acho que, primeiro, está muito cedo para a gente fazer uma análise sobre os efeitos da política que ele vai implementar e se isso representaria uma ameaça para a paz e para a segurança. Segundo, eu acho que essa pergunta leva em consideração o que foi feito pelos últimos governos democratas. Mudou a agenda. O Trump é um representante - se bem que não o é historicamente - do Partido Republicano. A agenda do Partido Republicano é outra, totalmente diferente. O Trump introduziu, depois de mais de cem anos... O antecessor do Trump na política que ele está adotando foi o Andrew Jackson, que foi um presidente do fim do século XIX, que era isolacionista. Ele achava que tinha de resolver as coisas internas e que os Estados Unidos não deveriam se meter. Naquela época, os Estados Unidos não eram a potência que são hoje, mas ele já tinha essa posição. E o Trump está dizendo isso. Quando ele diz que vai colocar os Estados Unidos em primeiro lugar, tudo o que ele falou vai na direção da diminuição da participação americana. A mesma crítica ele faz à OTAN.

Agora, na realidade, as coisas são diferentes. Concordo também - vivi por cinco anos nos Estados Unidos e acompanhei de perto a política americana - que a força do *establishment* americano é muito grande. Então, o que aconteceu agora na Síria, com essa volta da posição contra a política americana, em que levaram soldados e tal, é um *establishment* militar. As promessas dele em relação à China, de punir a China, de estabelecer restrições e tal, não vão acontecer, porque o *establishment* representado pelas grandes companhias, pela opinião pública e pela mídia vai impedir. Agora, quanto à política da previdência social, quanto ao Obamacare, ele não conseguiu agir, porque o *establishment* americano, democrata, junto com alguns republicanos, impediu.

Então, não sou daqueles que acham que ele é uma ameaça e que ele vai fazer... Agora, a gente tem de reconhecer que ele tem uma personalidade que você pode dizer que é diferente. Quer dizer, ele é ele. Entendeu? Ele vai continuar falando, tuitando. Agora, na prática, acho que as políticas que ele vai implementar vão estar dentro do interesse do *establishment*. Ele se elegeu criticando o *establishment*, mas o *establishment* está tomando conta da política dele, como a gente viu nas últimas votações. Então, a gente tem de dar um pouco mais de tempo, mas acho que ele vai acentuar um pouco essa tendência isolacionista dele.

Aí entra em questão outra coisa que é muito discutida também nos Estados Unidos, no meio acadêmico. Há uma percepção, que a pergunta embute, de que, se os Estados Unidos não têm uma posição forte, não têm uma liderança forte, é o caos. Há muita gente que acha isso. No meio acadêmico, há estudos. Então, é aquela coisa de os Estados Unidos serem um país indispensável, de que, se não houver os Estados Unidos, o mundo vai entrar em caos, vai haver guerra. Isso tudo é uma visão que parte do pressuposto não isolacionista, mas que parte do pressuposto dos outros presidentes que achavam que os Estados Unidos deveriam ter uma posição mais forte, chegando ao Bush, logo em 1991, como eu falei, ao unilateralismo. O excesso disso é chegar ao unilateralismo: os Estados Unidos decidem, e os outros que cumpram! Eu acho que essa pergunta embute um pouco essa percepção da presença e da importância dos Estados Unidos no mundo, quando o que o Trump está dizendo é que eles querem defender o emprego lá dentro, defender a empresa, defender os interesses dos Estados Unidos em primeiro lugar, o que representa uma contrafação desse engajamento americano.

Com relação a alguns comentários do Senador Cristovam, acho que uma das coisas que eu deveria ter dito no meio da apresentação é que, na minha percepção, está cada vez mais tênue, se é que já não desapareceu, o limite entre a política econômica, a política comercial interna e a agenda externa. O exemplo que foi dado aqui, o da carne, é um deles. Hoje, o Trump coloca um *border tax* nas importações, e isso tem repercussões no mundo inteiro. Aqui no Brasil, nós não temos essa percepção, nós achamos que a gente é grande, que a gente é um País quase autossuficiente, que tudo que a gente fizer aqui a gente resolve, independentemente do que acontece no mundo. O que procurei mostrar aqui é que não é bem assim, ou seja, isso vai se acelerar pela rapidez das transformações. O problema é que, no Brasil, as coisas acontecem

com dez anos, com vinte anos de atraso. As ideias, as filosofias, as ações vêm com muito atraso. Por razões históricas - não me cabe aqui mencioná-las -, no fundo, apesar de tudo, somos muito conservadores nas posições, por uma série de razões, na minha visão, distorcidas.

Eu acho que o que está faltando no Governo, no meio político, primeiro, é um conhecimento mais aprofundado do que está acontecendo no mundo e das repercussões disso para o Brasil, para vocês poderem tomar decisões internamente. Segundo - e aí é generalizado -, ninguém pensa a médio e longo prazo. Eu até entendo, porque a gente viveu muitas crises. O empresariado está vivendo da mão para a boca e tem de fechar a conta no fim do mês. Mas mesmo a Academia, mesmo a classe política e até alguns órgãos do Governo deveriam pensar nisso. É muito difícil você pensar a médio e longo prazo, e nós temos de fazer isso, porque, com essas transformações todas, com essa percepção de que o mundo está mudando, de que está acontecendo isso, você vai ter de reagir a isso, você vai ter de tomar medidas.

O problema que a gente está vivendo hoje aqui no Brasil é que a gente está se recusando a discutir as coisas, em parte por causa dessa divisão que existe, dessa radicalização interna. Quer dizer, não há discussão. Se você for falar que a gente tem de se inserir no mercado internacional e que, para isso, você precisa adotar algumas medidas aqui menos defensivas e tal, você divide, não há discussão. Eu acho que o grande problema que a gente enfrenta hoje é que as pessoas se recusam não a implementar políticas alternativas, mas a discutir o que interessa ao Brasil, porque, no fundo, o que vale é o interesse brasileiro. A gente está procurando, a maioria das pessoas pelo menos, defender o interesse nacional. A gente não consegue discutir isso sem uma visão partidária ou ideológica.

Eu criei uma revista que se chama *Interesse Nacional*. Eu fiquei muito influenciado, nos Estados Unidos, pela discussão que os políticos fazem. Você não vê um discurso sério lá sobre previdência, sobre qualquer coisa, em que eles não falem sobre o interesse nacional. É claro que cada um vê o interesse nacional de alguma maneira, mas, pelo menos, você procura discutir não em termos partidários, em termos pessoais, mas em termos do país. Você pode ter a visão diferente que você quiser, mas a visão é o país, o que é melhor para o país. A gente não tem isso aqui e não tem essa noção de que está desaparecendo essa distinção entre política externa e política interna, sobretudo na área econômica e comercial, e não há esse pensamento estratégico.

Para finalizar, não quero polemizar com o Senador Jorge Viana, mas faço dois breves comentários. Eu concordo inteiramente com a avaliação dele se ele se limitar ao primeiro mandato do Presidente Lula. O ativismo da política externa, nesse primeiro mandato, deve-se, em grande parte, à ação do Presidente, não do Itamaraty. Estou sendo institucional: não foi uma ação do Itamaraty, mas do Presidente. Mesmo no primeiro mandato, uma das críticas que eu fiz - fiz um comentário que embute uma crítica - foi que o Itamaraty, a instituição, perdeu a capacidade de formular e de executar a política externa. A política externa não era nem formulada nem executada no Itamaraty, era formulada e executada no Palácio, não no Itamaraty. Então, eu acho que isso é uma coisa institucional que é importante a gente levar em conta.

Segundo, acho que para a gente reconhecer... Eu reconheci aqui o BRICS, eu citei especificamente o BRICS como uma das coisas mais importantes feitas na gestão Lula e na gestão Amorim. Eu tenho muitas críticas ao Itamaraty do Amorim, mas isso eu acho que é uma das coisas mais importantes que ele fez, eu reconheço de público e reconheci aqui. Agora a política externa, no primeiro mandato do Presidente Lula, que produziu esses resultados que foram mencionados, só foi possível porque a economia estava estabilizada e estava crescendo, e o comércio internacional e a economia internacional estavam bombando. A partir de 2008, de 2009, quando houve a crise internacional e a crise aqui no Brasil, acabou a política externa.

Por isso, eu digo que, quanto ao primeiro mandato, concordo inteiramente. E explico: o Presidente, pessoalmente, se envolveu, outras pessoas no Palácio se envolveram, e a economia internacional favorecia isso, mas não favoreceu com Fernando Henrique nem favoreceu no segundo mandato e com a Dilma, quando havia uma situação complicada internacionalmente.

Eu teria outras coisas para falar, mas fico por aqui. Quanto ao primeiro mandato, concordo, mas com esta restrição: a formulação e a execução da política externa não cabiam ao Itamaraty, não foram feitas pelo Itamaraty. E as decisões, por causa disso, adquiriram matiz partidário e ideológico, o que, na minha visão, foi contra o interesse geral do País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Eu perguntaria aos Srs. Senadores se desejam fazer mais alguma pergunta, algum comentário.

Muito obrigado.

Agradecendo, mais uma vez, a participação de S. Ex^{as} as Sr^{as} e os Srs. Senadores e dos representantes das missões diplomáticas aqui presentes, especialmente de nossos palestrantes, o Embaixador Rubens Barbosa, o Embaixador Gelson Fonseca Júnior e o Prof. Dr. Eduardo Viola - agradeço muito a presença de todos -, informo que o próximo painel

de debates, o Painel 2, ocorrerá no dia 10 de abril, na segunda-feira, às 18 horas, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema "O fim da *pax* americana. Donald Trump e a ordem internacional". Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Ministro e Embaixador Celso Lafer, o Prof. Dr. Creomar de Souza e o consultor Dr. Joanisval Gonçalves.

Antes de encerrar os trabalhos de hoje, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião deliberativa ordinária, a se realizar no dia 30 de março, na quinta-feira próxima, às 9 horas, neste plenário.

Agradecendo a todos pela presença e pela audiência, declaro encerrada a presente reunião.

Muito boa noite!

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 09 minutos.)